



**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**BENEDITO BOREL DA CONCEIÇÃO**

**AS INTERFACES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA  
ESCOLA MUNICIPAL SHENEIDER CORDEIRO CORREIA -  
MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA**

**SÃO MATEUS  
2016**

**BENEDITO BOREL DA CONCEIÇÃO**

**AS INTERFACES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA  
ESCOLA MUNICIPAL SHENEIDER CORDEIRO CORREIA -  
MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré  
para obtenção do título de Mestre em Gestão Social,  
Educação e Desenvolvimento Regional. Área de  
concentração: Educação  
Orientador: Prof.Dr. Damián S. Sánchez.

**SÃO MATEUS  
2016**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

B744i

CONCEIÇÃO, Benedito Borel da

As Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia Município de Teixeira de Freitas-BA./Benedito Borel da Conceição. – São Mateus - ES, 2015.

65f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof.Dr. Damián S. Sánchez

1. Educação inclusiva. 2. Escola regular. 3. Direitos adquiridos. 4. Legislação internacional. I. Título.

CDD: 371.9



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTU SENSU, MESTRADO EM  
GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ATA DE JULGAMENTO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos doze e cinco dias do mês de Setembro do ano de 2013,  
o (a) mestrando (a) Benedito Paulo da Conceição  
apresentou e defendeu, em São Mateus, Espírito Santo, perante a Comissão  
Examinadora, integrada pelos professores Dr. Cláudio José de Sá, Sr. Maria  
José Maria da Costa Pinto, Dr. Sandra Ketti da Silva

a Dissertação intitulada: Os Impactos da Inclusão da Educação  
Inclusiva na Escola Municipal Ildeu de Carvalho  
Cordeiro - município de Tucuruva de Itaituba - Bahia

recebeu a seguinte avaliação:

1. APROVADA sem RESERVAS.

Em face da aprovação COM RESERVAS, foram feitas as seguintes  
recomendações:

2. REPROVADA \_\_\_\_\_.

Assinam os membros da Comissão Examinadora:



Cláudio José de Sá  
Presidente

Sandra Ketti da Silva  
Membro

Maria José Maria da Costa Pinto  
Membro

## *Agradecimentos*

*Nos momentos disponíveis agradecer a Deus é muito importante, até mesmo pelas dificuldades vividas, porque tudo que passamos na vida é para nossa própria evolução. Obrigado Senhor. Aos meus pais Luiz Borel Filho (in memorian), Ana Otília da Conceição. Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é “muito” para ser insignificante.*

*A Ana Maria Miranda Souza Conceição: Uma boa esposa é um grande consolo para o homem em todos os contratempos, dificuldades e vitórias da vida.*

*Aos meus filhos: Ana Paula, André Luís, Ana Carolina; A minha neta Izabellly. Quando paramos para pensar na vida, são pessoas como vocês que nos mostram o quanto é importante sonhar sempre e ser vitorioso sempre...*

*À professora Cecília Caíres de Araújo. Mestre! É assim que posso te chamar, pois você me ensinou tantas coisas, ajudou-me dar tantos passos.*

*Aos colegas de trabalho: Família - Escola São José. Família Escola Sheneider Cordeiro Correia. Conforme o local que trabalhamos e a função que exercemos, temos a nítida impressão de que nosso ofício pode ser comparado a uma gota d'água na imensidão do mar. E o que seria de nós se não fossem nossos colegas de trabalho, com quem podemos partilhar nossas dificuldades, eles nos entendem profundamente.*

*“... há uma cidade ali no Extremo Sul da Bahia, onde areja um vento bom, na varanda quem descansa, vê o horizonte no mar, deitado na areia da praia, minha terra natal Alcobaça e meu Distrito São José...”*

*A equipe da Faculdade Vale do Cricaré. Todas as atividades profissionais que demandam do trabalho humano, necessitam que sejam feitos com dedicação. A coletividade, o trabalho em equipe é fundamental para que qualquer tarefa seja realizada com determinação e dedicação.*

*Ao Professor Dr. Damián S. Sánchez, pelo compromisso em saber direcionar um trabalho científico e deixar o acadêmico livre para construir sua identidade de pesquisador. Sou grato por vossa experiência valiosa contribuição.*

*Ao professor Dr. Marcus Antonio da Costa Nunes a Msc. Luana, à Secretária Institucional professora Luzinete, obrigado pela compreensão e respeito que tem dispensado a mim.*

*Por tudo digo obrigado Senhor Jesus, Obrigado a todos por tudo obrigado...*

## RESUMO

CONCEIÇÃO, Benedito Borel. **As Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia Município de Teixeira de Freitas-BA**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – 2015. A proposta desta pesquisa foi evidenciar os caminhos das interfaces da inserção da educação inclusiva na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia, município de Teixeira de Freitas, região do Extremo Sul da Bahia, promovendo discussões sobre o atendimento de crianças, jovens e adultos, consideradas pessoas com necessidades especiais. Que tem como referencial teórico deste trabalho, interface, inserção, educação inclusiva, sala de aula, escola regular. As contribuições das leituras e reflexões das literaturas dos teóricos: MANZOTTA (2005), RODRIGUES (2008), ALVES (2012), MANTOAN (2002) CARVALHO (2013), e outros autores que apontam os alguns possíveis caminhos para a inserção da educação inclusiva na escola regular. Considerando a importância das contribuições desses autores nas indicações das leituras, nas falas, nas referências, nas afirmações, nos avanços da educação inclusiva com início no século XXVIII e os avanços que se adentram pelo século XXI. O estudo de caso feito com 10 (dez) profissionais da Escola Sheneider Cordeiro Correia, dentro de uma faixa etária entre os 30 a 59 anos da área das ciências humanas e ciências exatas. Este estudo possibilitou realizar uma investigação de caráter qualitativo com aplicação de questionário com perguntas objetivas, com fins específicos de compreender como os mesmos sinalizam os caminhos para a inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula regular. Esta investigação evidenciou a trajetória da educação inclusiva, já mencionada, por estudiosos da área da inclusão no Brasil e exterior, assim como, a legislação a nível internacional, nacional e estadual, todos com um só objetivo: fazer valer os direitos adquiridos pelas Leis do Brasil e os tratados internacionais sobre a inclusão de pessoas com necessidade especial. O tema proposto nesta pesquisa é de grande relevância para uma sociedade inclusiva, porém, a teoria por si só não é suficiente, se faz necessário a prática no dia a dia.

**Palavras chaves:** interfaces, inserção, educação inclusiva, escola regular.

## ABSTRACT

Conceição, Benedito Borel. The Interfaces of Inclusive Education Inclusion in Municipal School Sheneider Cordeiro Correia Teixeira de Freitas Municipality of BA. Dissertation (Master) - College Vale Cricaré – São Mateus - 2015

The purpose of this research was to demonstrate the ways of inserting the interfaces of inclusive education at the Municipal School Sheneider Cordeiro Correia, Teixeira de Freitas municipality, in the extreme south of Bahia, promoting discussions on the care of children, youth and adults, considered persons with special need. Detailed theoretical framework of this study interface inclusion, inclusive education, classroom, regular school. These themes have achieved successes from the readings and reflections of the theoretical literature: MANZOTTA (2005), RODRIGUES (2008), ALVES (2012), MANTOAN (2002) CARVALHO (2013), and others pointing the way for the inclusion inclusive education in regular schools. Considering the importance of the contributions of these authors in the indications of the readings, the speeches, the references, the statements in progress of inclusive education beginning at XXVIII century, and the advances that penetrates into the next century, the case study of ten (10) Professional of the School Sheneider Cordeiro Correia, within an age range between 30 and 59 years in the area of human sciences and exact sciences. The case study of ten (10) Professional School Sheneider Cordeiro Correia, within an age range between 30 and 59 years of the humanities and sciences. This study enabled performs a qualitative research with a questionnaire with objective questions, with specific purposes to understand how the same signal paths to the inclusion of students with special needs in the regular classroom. This research showed the path of inclusive education, as mentioned, for students of the inclusion area in Brazil and abroad, as well as the legislation at international, national and state level, all with one goal: to enforce any rights acquired by Laws Brazil and the international treaties on the inclusion of people with special needs. The theme in this research is of great importance for an inclusive society; however, the theory itself is not sufficient, it is necessary to practice on a daily basis.

**Keywords:** interfaces, integration, inclusive education, regular school.

## **LISTAS DE SIGLAS**

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CEB – Conselho da Educação Básica

CEE- BA – Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo de Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBC- Instituto de Surdos e Mudos

INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa

INES- Instituto Nacional de Educação dos Surdos

ISM- Instituto Nacional dos Mudos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NE – Necessidade Especial.

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação Básica

PNE – Plano Nacional da Educação

SEESP – Secretaria de Educação Especial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## LISTAS DE TABELAS

TABELA 1. Número de matrículas na Educação Especial por rede de ensino Brasil 2007 – 2012.....	23
TABELA 2. Quantitativo de alunos incluídos na educação inclusiva na sala de aula regular da Escola Sheneider Cordeiro Correia .....	36
TABELA 3. Participantes da Pesquisa.....	37

## LISTAS DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Faixa Etária dos Participantes da Pesquisa.....	39
GRÁFICO 2.Sexos dos Participantes da Pesquisa.....	40
GRÁFICO 3.Formação dos Participantes da Pesquisa.....	41
GRÁFICO 4. Do seu ponto de vista, o aluno com necessidade especial deve ser incluído na escola regular?.....	42
GRÁFICO 5. - Os alunos com leves problemas de necessidades especiais e alunos com graves problemas de necessidades especiais devem ser acolhidos na escola regular com os mesmos direitos?.....	43
GRÁFICO 6. Para você, A Escola Sheneider Cordeiro Correia está preparada para receber alunos com necessidades especiais?.....	44
GRÁFICO 7.Para incluir se faz necessário estar aberto para acolher aqueles que acreditam em novas descobertas, novo experimento. A escola está pronta para acolher crianças, adolescentes, jovens ou adultos com necessidade de inclusão...	45
GRÁFICO 8. A Instituição de Ensino deve oferecer atendimento aos alunos com necessidades especiais (acesso às salas de aula, banheiro, laboratório, cantina, biblioteca, secretaria, diretoria, auditório, quadra de esporte entre outros espaços que se fizer necessário)?.....	46
GRÁFICO 9. O acesso de alunos com necessidades especiais na escola regular demonstra a sensibilidade de todos os cidadãos da sociedade civil, entidade não governamental e poder público. Todos os envolvidos buscam a construção de uma escola inclusiva?.....	47
GRÁFICO 10. É viável que os pais ou responsáveis pelo estudante com necessidade especial, poderem matricular o aluno, diante da oferta do quadro de professores com formação específica em educação inclusiva?.....	48
GRÁFICO 11. Diante das interfaces da inserção da educação inclusiva no ensino regular é preciso planejar atividades coletivas, atividades diversificadas para atender a todos sem ferir a integridade do aluno especial?.....	49

GRÁFICO 12. A educação inclusiva vem conquistando um novo olhar em todos os segmentos da sociedade, mas é na escola que essa luta ganha maior dimensão. A escola Sheneider Cordeiro Correia, através da equipe gestora, pedagógica, docente e administrativa tem dispensado um novo olhar para acolher todos os alunos com necessidades especiais?.....50

## LISTA DE MAPAS

Mapa do Estado da Bahia.....	27
Mapa do Município de Teixeira de Freitas.....	29
Mapa do Bairro Nova América.....	34

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	16
1.1.....OS CAMINHOS PERCORIDOS DAS INTERFACES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	16
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	19
2.1. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR .....	19
2.1.2 OS RANÇOS E AVANÇO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SÉCULO XXI .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	26
3.0 O MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS .....	26
3.1.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA .....	27
3.1.2 EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS .....	29
3.1.3. AS MADEIREIRAS IMPULSIONAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE TEIXEIRA DE FREITAS .....	30
3.1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	32
3.1.5 O BAIRRO NOVA AMÉRICA- TEIXEIRA DE FREITAS .....	34
3.1.6 A ESCOLA SHENEIDER CORDEIRO CORREIA, MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS. ....	35
3.1.7 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	37
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	38
4.1. PLANO DE ANÁLISE DE DADOS .....	38
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	51
5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	55
<b>7. APÊNDICE</b> .....	60
7.1 APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA ACADEMICA .....	61
7.2 APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADEMICA CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO .....	63

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os caminhos a serem percorridos pelo aluno com necessidade especial na sala de aula da escola regular do município de Teixeira de Freitas - Região do Extremo Sul da Bahia. Assim se fez necessário perseguir os passos da investigação qualitativa, utilizando a análise de documentos, aplicação de um questionário com perguntas fechadas para facilitar na tabulação dos dados obtidos na pesquisa.

Portanto o caminho das interfaces da inserção da educação inclusiva na sala de aula da educação básica propõe uma ampla discussão com todo o corpo docente, administrativo e pedagógico da escola para assegurar os direitos e deveres do aluno com necessidade especial, ser incluído na sala de aula regular com igualdade, cidadania e inclusão de todos aqueles que procuram a escola para serem inseridos no meio acadêmico e social.

Fazendo uma análise reflexiva, a escola é o espaço onde os alunos conseguem ser reconhecidos como cidadãos e são estimulados a construir a sua cidadania sem se deixar levar pelo mundo das atrocidades sociais. Portanto, a inclusão atribui direitos conquistados no meio social e que deve ser reconhecidos pelos chefes governamentais das distintas instâncias da hierarquia governamental, para que haja mudanças em diferentes aspectos da sociedade humana.

Ainda, se tratando de princípios constitucionais da educação inclusiva na escola regular, lugar importante para o aluno com necessidade especial, em que, a justiça pode transformar-se em instrumento social, porque é através da educação que a sociedade se desenvolve e este desenvolvimento deve chegar a todos os cidadãos e cidadãs sem discriminação e opressão.

Ainda se falando de princípio constitucional, não menos importante, mas vale ressaltar que as razões aqui defendidas vão ao encontro do direito à educação serem reconhecidas, como direito fundamental do homem, proclamado como direito a todo indivíduo, o direito sancionado na Constituição Federal, quando todas as pessoas devem ser incluídas e demais capítulos do texto em epígrafe.

Pelas as razões apontadas, os documentos internacionais que garantem os direitos aos alunos com necessidades especiais na sala de aula da escola regular, tais

conhecimentos apontados podem ser necessários para refletir e aceitar a responsabilidade, a qual é devida a cada cidadão que não fez uso de suas atribuições regidas pela lei da inclusão.

É interessante quando a sociedade procura compreender de que forma as experiências dos educadores e demais envolvidos com a educação inclusiva de alunos considerados com necessidades especiais no contexto da escola regular podem fazer o seu diferencial de acolher e construir um novo homem.

Para esse intento, a pesquisa valeu-se de diversas referências, entre elas os documentos internacional, nacional e estadual, que garantem os direitos aos alunos com necessidades especiais na sala de aula da escola regular, com esse entendimento, a pesquisa foi estruturada de maneira a apresentar um corpo teórico, uma legislação convincente que propicie refletir sobre os diversos aspectos da proposta das interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular da educação básica.

Em cumprimentos com os objetivos propostos nesta pesquisa, compreende alguns tópicos que contemplam os caminhos viáveis da inclusão, a saber: o acordo internacional sobre educação inclusiva, conferência internacional sobre educação inclusiva, as leis do Brasil, os decretos, as portarias expedidas pelo conselho federal de educação, conselho estadual de educação, que vão respaldar as análises e reflexões realizadas no decorrer da construção do texto deste trabalho. Ressalta-se que essas reflexões, estarão direcionadas aos aspectos dos alunos com necessidade especial, porque eles se definem como parte íntegra desta pesquisa.

Para discutir a contento, o tema inclusão na escola regular, faz-se necessário analisar também os ranços e avanços da educação inclusiva no século XXI, considerando todo o avanço da inclusão no Brasil; nas últimas décadas as autoridades constituídas que convergiram esforços para tratar de assunto tão importante para uma grande massa da população de pessoas com necessidades educacionais especiais, que viviam à mercê de favores de órgãos considerados governamentais, outros considerados não governamentais, como se referem as “APAES, PESTALOZZI”.

Assim, para compreender o entendimento que os profissionais da Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia apontavam como propostas sobre educação inclusiva, a partir de alunos com necessidades especiais no ensino regular, e para discutir, nas análises dos resultados, a luz do referencial teórico descrito no texto em epígrafe, os saberes construídos sobre o estudo de caso para obter informações que se relatou as observações pertinentes coletadas no questionário fechado das questões objetivas.

Relata-se que a pesquisa, ao investigar as interfaces da inserção da educação inclusiva na sala de aula da escola regular Municipal Sheneider Cordeiro Correia, foi incorporada à prática educativa dos profissionais docentes. A pesquisa da inclusão tem-se fins específicos de propiciar a discussão sobre educação inclusiva como meta para o ensino fundamental de 9 anos.

Aliás, entende-se ainda, que, haja uma necessidade da gestão propiciar formação ao profissional docente para que esse compreenda as inúmeras situações de compartilhamento desses saberes dos docentes com colegas de trabalho, com estagiários; cursos de especialização, encontros de formação, congressos, e até mesmo a luta do cotidiano, que, se faz necessário compartilhar conhecimento para que, a interface da inserção da educação inclusiva na educação básica aconteça tanto na teoria e nas ações docentes no dia a dia na sala de aula da escola regular.

Os saberes profissionais são, portanto, os norteadores da atuação do docente da sala de aula, este que norteia, faz a mediação com o educando, fundamentam sua certeza, justifica suas razões, planeja sua pretensão, auxilia o discente com necessidade especial no momento certo, torna-se um elemento indispensável a sua identidade de profissional docente.

Diante ao exposto, a razão da pesquisa as interfaces da inserção da educação inclusiva, é discutir os saberes que os profissionais construíram ao longo da trajetória acadêmica, as ações do dia a dia da sala de aula, entre alternativas pedagógicas capaz de facilitar a vida do aluno portador de necessidade especial.

## **CAPÍTULO 1**

### **1.1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS DAS INTERFACES DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

O conceito das interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular, na atualidade ainda não é utilizado freqüentemente, estando presente nos discursos sobre educação especial, em temática de disciplinas e de cursos, na fala de legisladores, de governantes, de representantes de instituições e de intelectuais. Existem inúmeras propostas em torno da idéia de inclusão: social, digital, educacional, cultural, entre outras.

Mas quando se discute inclusão, é necessário conhecer a sua origem na palavra inglesa a “fullinclusion” e trata-se de um novo paradigma que prescreve a educação para todos os alunos em classes e escolas regulares e que todas as crianças devem estar incluídas na vida social e educacional da escola. (STAINBACK E STAINBACK, 1992).

Mas, onde está a origem da educação inclusiva na sociedade brasileira? Nos limites dessa dissertação não seria possível uma reflexão aprofundada em torno das interfaces da inserção da educação inclusiva, mas destaca-se neste tópico a idéia de inclusão na escola regular, de modo específico à atender aos portadores de necessidades especiais, presente nos ordenamentos legais e na legislação oficial do Brasil, já que estes apontam na sua redação princípios e diretrizes para o campo da educação básica.

A inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais é um tema de grande relevância já que promove segundo Ferreira (2007), a participação das minorias sociais em ambientes antes reservados apenas àqueles que se enquadravam nos ideários preestabelecidos e perversos de força, beleza, riqueza, juventude, produtividade e perfeição. Assim sendo, o tema “[...] vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana” (SILVEIRA e NEVES, 2006, p. 79).

Todas as vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões.

Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005) são perfeitamente compreensíveis tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva. Complementando, SILVA e ARANHA (2005) afirmam que:

[...] a mudança de um sistema educacional, que se caracterizou radicalmente por ser excludente e segregatório, para um sistema educacional que se comprometa efetivamente a responder, com qualidade e eficiência, às necessidades educacionais de todos, inclusive às dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, exige um processo complexo de transformação tanto do pensar educacional, como da prática cotidiana do ensino (p. 374).

Ainda que inicialmente as pessoas mudem seu discurso na direção do politicamente esperado e considerado correto, Silva e Aranha (2005) observam que, não raro, as mesmas continuam mantendo um padrão de comportamento tradicional e conservador, que destoa da proposta inovadora da educação inclusiva.

Inúmeras críticas são feitas à proposta de Educação Inclusiva no Brasil. São comuns os questionamentos referentes à escola regular, sua infra-estrutura física e o despreparo de recursos humanos (TESSARO *et al.*, 2005). A política educacional, não respondendo às demandas históricas condições de trabalho dos professores, questão salarial, carga horária de trabalho, reconhecimento social desse profissional, além do número excessivo de alunos por sala de aula, da desmotivação docente e do pouco apoio dos gestores educacionais, faz crer “que basta a ‘boa vontade’ dos professores para que os problemas educacionais se resolvam” (MICHELS, 2006, p.414).

O grande desafio proposto pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares em nosso país, segundo BEYER (2005), dependerá de um esforço coletivo que envolva os próprios alunos, os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico. As mudanças operacionais necessárias para que as escolas se tornem inclusivas de fato só acontecerão:

[...] quando as instituições reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, abolindo as discriminações e as preferências, oferecendo ao professor melhores condições de atuarem na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Isto envolve capacitação, conscientização da comunidade escolar sobre deficiências e deficientes,

material pedagógico, adaptação curricular, apoio técnico, entre outros (SOUZA, 2005, p. 98).

Observa-se, a partir dessas ponderações, que é longa a distância que separa a educação praticada hoje daquela proposta pelos defensores da educação inclusiva na sala de aula da escola regular.

Silva e Aranha (2005) entendem que, embora seja evidente o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência em classes regulares do ensino fundamental de 9 anos, a mera inserção desses alunos não configura, por si só, uma prática inclusiva de ensino. Na mesma linha, Santos (2001 *apud* Tessaro *et al.*, 2005) aponta que ainda hoje, erroneamente, muitos entendem a inclusão como a simples prática de colocar pessoas com necessidades educativas especial estudando com outras que não possuem qualquer necessidade especial.

Nesse entendimento, as “normas”, as leis, constituem um dos caminhos que interferem na concretização de uma educação democrática, “para todos” ou como no discurso atual, quando a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adulto independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, históricas a aqueles que por acidentes sociais ou biológicos, trazem consigo o anseio de igualdade, cidadania e inclusão como garantia de assegurar o direito exclusivo de serem inseridos numa modalidade de ensino regular:

Modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças, adolescentes, jovens e adultos, (MANZOTTA, 2005, p.11).

Nesse sentido, a educação inclusiva tem a essência da relevância social de agir em defesa do caráter, dignidade humana, com ênfase na conquistado respeito às diferenças, (RODRIGUES, 2008), sinaliza a ampliação da pesquisa acadêmica, com fins de resgatar o valor social dos grupos de pessoas às margens da exclusão, para ultrapassar as barreiras do preconceito social, redirecionando o conhecimento a todos àqueles que por falta de oportunidade ou não, vivem ausentes das políticas públicas oriundas dos governos: federal, estaduais e municipais.

## **CAPÍTULO 2**

### **2.1 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR**

Inicialmente as interfaces da inserção da educação inclusiva na escola regular têm como princípio a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no âmbito acadêmico da educação básica. Assim a Constituição Federal de (1988) Art. 205, afirma que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quando se afirma que “A educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independente dos fatores físicos e psíquicos. Nesta perspectiva é que se fala em inserção e inclusão onde todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, o desenvolvimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos os alunos que às vezes por falta de oportunidade encontram-se inertes no seu cotidiano social.

Antigamente pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de crendice, Mittler (2000) apud Santana (2003). Daí surgiu a segregação até chegar ao preconceito que inicia com a jornada da história da educação das pessoas com necessidade especial.

Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi oficializado no Brasil um dos princípios inclusivos: os portadores de necessidades especiais deveriam ser educados preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 208). A Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, foi o instrumento jurídico brasileiro precursor na luta pela inclusão educacional. Tanto assim que no Art. 205 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006, p. 34).

Determina ainda o Art. 206, I, da mesma Constituição, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios básicos para o ensino (BRASIL, 1988). Já no Art. 227, § 1º-II, a Constituição de 1988 prevê a:

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 2006, p. 36).

Mais tarde a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) vem incorporar à legislação brasileira a noção de que o sistema educacional deve estar centrado nos alunos, quaisquer que sejam as suas características (LAPLANE, 2006). A LDBEN, capítulo V, Art. 58 define “a Educação Especial como modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 21).

Por sua vez, o Artigo 59 dessa mesma lei estabelece ainda que os sistemas de ensino assegurarão a tais educandos: (a) Currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às suas necessidades; (b) terminalidade específica àqueles que não conseguirem atingir o nível exigido para a conclusão de ensino fundamental em função de suas deficiências; (c) aceleração de conteúdo para alunos superdotados para conclusão antecipada do programa escolar; (d) professores especializados para sua inclusão em classes comuns (BRASIL, 1996).

A partir daí, a Educação Especial deixa de ser vista como subsistema, paralelo e distanciado das práticas do contexto geral de educação, já que a nova Lei de Diretrizes prevê a articulação e interatividade da Educação Especial com os demais níveis e modalidades de ensino.

Em caráter complementar e subsidiário à LDBEN, em 1998, o Ministério da Educação instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais, que “[...] vieram nortear e orientar os profissionais da Educação quanto à relação professor e aluno, no desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo” (BRASIL, 2000, p. 26).

A garantia de locomoção e acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais também recebeu a atenção dos legisladores. O Congresso Nacional

aprovou e o Presidente da Republica promulgou em 19 de dezembro de 2000 a Lei Nº 10.098/00, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências” (BRASIL, 200, p. 13).

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, representou um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade na educação brasileira. Determinava essa lei, no seu artigo 2º que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 200, p. 69).

Acordado à legislação supracitada, a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, explicitando em seus parágrafos uma verdadeira edificação inclusiva. A Declaração de Salamanca manifesta de modo explícito que a rede de ensino regular deverá disponibilizar os recursos necessários ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 42).

E, acrescenta as formas eficazes de desenvolvimento da verdadeira educação inclusiva:

O desenvolvimento das escolas inclusivas, enquanto meio mais eficaz de atingir a educação para todos, deve ser reconhecido como uma política-chave dos governos e ocupar um lugar de destaque na agenda do desenvolvimento das nações. É unicamente desta forma que se poderão obter os recursos necessários, pois as mudanças de política e as prioridades não podem ser efetivas a não ser que se disponibilizem esses mesmos recursos. É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel-chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 41).

Mas, fica evidente o compromisso político e encorajamento do governo com políticas públicas perante as pessoas com necessidade educativas especiais, de forma a garantir a efetivação da inclusão social através de recursos e atendimento de qualidade nesse cenário educacional.

### **2.1.2 OS RANÇOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO SÉCULO XXI**

A Sanção presidencial da LDB 9394/96 promoveu amplas mudanças no cenário da educação do Brasil nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma dessas mudanças foi à implantação da política de inclusão das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino, modificando a sistemática de atendimento adotada até então, que segregava essas pessoas em instituições especializadas.

Com a aprovação dessa lei, consolidou-se a proposta da educação inclusiva, segundo a qual as pessoas com necessidades especiais devem participar em condições de iguais do processo educativo das escolas regulares, juntamente com as demais pessoas. A escola de qualquer nível ou modalidade passa a ser uma só e para todos, sem qualquer discriminação, prescreve a lei. A educação especial se modifica e a escola de ensino especial ganha outras funções, além daquelas que já exercia.

Antes da promulgação da LDB (9394/96), outros instrumentos legais já preconizavam e subsidiavam essa política, inspirados nos princípios democráticos dos direitos sociais, defendidos na Constituição Federal de (1988), com efeito, a necessidade de instauração e consolidação da política de inclusão escolar vinha constituindo objeto de debates tanto no âmbito nacional como internacional. No caso brasileiro os resultados desses debates repercutiram na elaboração da LDB/96, que recebeu influência marcante da Declaração da Educação como Direito de Todos (1990), celebrada em Jomtien na Tailândia, e a Declaração de Salamanca (1994), na cidade de Salamanca por ocasião da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

Essas discussões emergiram novas políticas para a educação especial adotada pelo Ministério da Educação, que estabelece que a educação inclusiva seja prioridade na educação básica. Essa iniciativa trouxe consigo mudanças que permitiram a oferta

de vagas na educação básica, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de cada aluno, fundamentando a educação especial na perspectiva da integração. Consta-se um aumento de 9,1% no número de matrículas nessa modalidade de ensino, que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012. Quanto ao número de alunos incluídos em classes comuns do ensino regular e na EJA, o aumento foi de 11,2%. Nas classes especiais e nas escolas exclusivas, houve aumento de 3% no número de alunos devido ao aumento da EJA (51,4%).

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2012), os avanços alcançados pela atual política são refletidos em números: 62,7% das matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas particulares. Já em 2012, esses números alcançaram 78,2% nas escolas públicas e 21,8% nas escolas privadas, mostrando a efetivação da educação inclusiva de o empenho das redes de ensino em evidenciar esforços para organizar um política pública universal e acessível às pessoas com necessidades educativas especiais, conforme o avanço de matrículas nas redes privadas e públicas.

Tabela 1 – Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil- 2007 – 2012

Rede	Ano	Matrículas na Educação Especial		
		Total	Classes Especiais e Escolas Exclusivas	Classes Comuns (Alunos Incluídos)
Privada	2007	244.325	224.112	20.213
	2008	228.612	205.475	23.137
	2009	184.791	163.556	21.235
	2010	169.983	142.887	27.096
	2011	163.409	130.798	32.611
	2012	178.589	141.431	37.158
Ano 2011/2012		9,3	8,3	13,9
Pública	2007	410.281	124.358	285.923
	2008	467.087	134.449	332.638
	2009	454.927	89.131	365.796
	2010	532.620	75.384	457.236
	2011	588.896	63.084	525.812
	2012	641.844	58.225	583.619
Ano 2011/2012		9,0	-7,7	11,0

Fonte: MEC/INEP/DEED

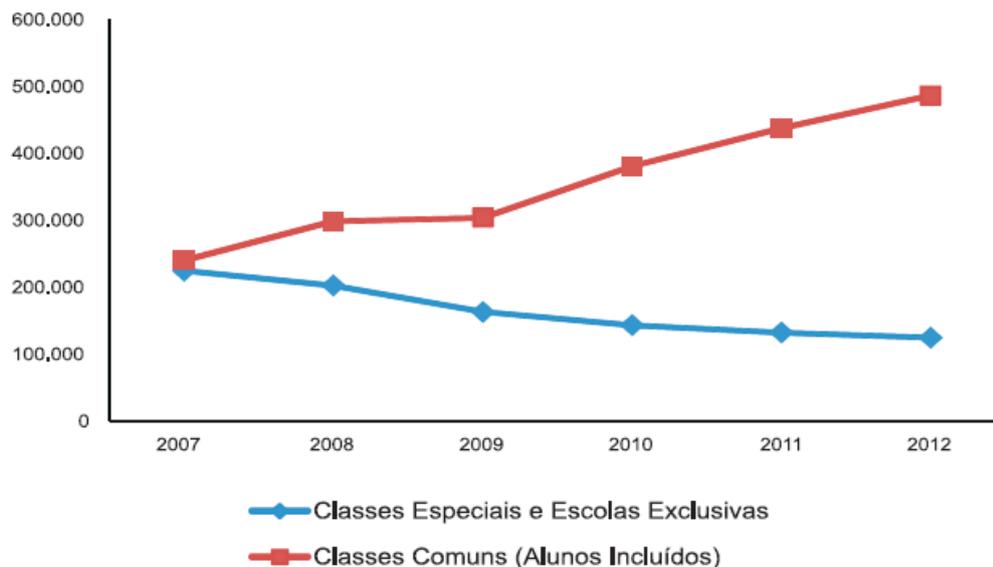


Gráfico 1 – Educação Especial – Número de Matrículas no Ensino no Fundamental – Brasil 2007 – 2012

Fonte: MEC/INEP/DEED

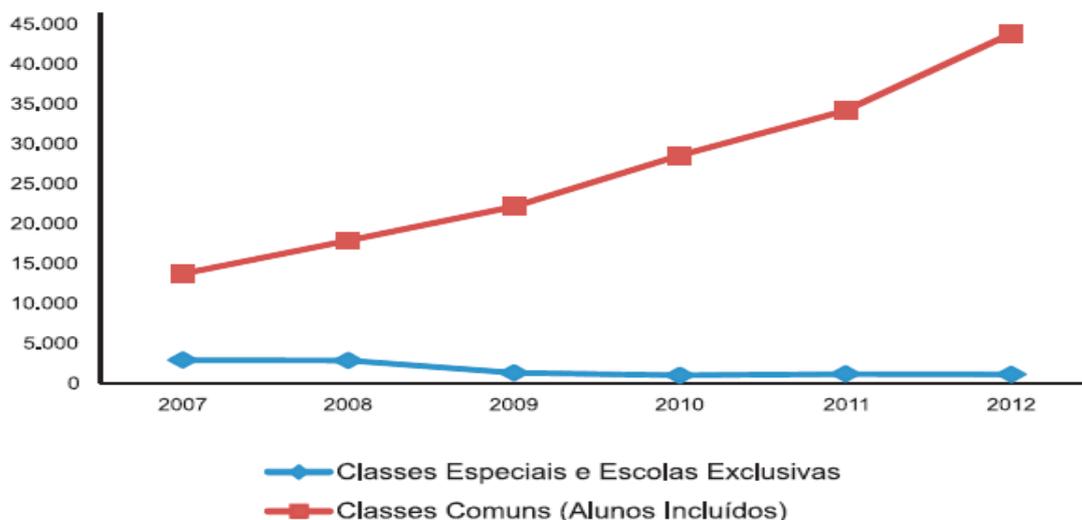


Gráfico 2 - Educação Especial – Números de Matrículas Fonte: MEC/INEP/DEED

Conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentárias, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independente das diferenças ou dificuldades individuais. Adotar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo, desenvolvimento de projetos

demonstrativos e encorajar o intercâmbio com países que tem experiências com escolas inclusivas.

Ainda, segundo Salamanca (1994) Estabelecer mecanismos de planejamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo, assim como facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com necessidades educativas especiais no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área da educação inclusiva.

Investir um maior esforço na identificação e nas estratégias de intervenção precoce, assim como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva, para garantir que, no contexto duma mudança sistêmica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como os que atuam na sala de aula, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

Entretanto, ultrapassar as barreiras, vencer os obstáculos são desafios para inserção da educação inclusiva na escola regular conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional da Educação Básica:

CNE/CEB Nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, que institui As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, de conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Capítulos I, II e III do Título V e nos Artigos 58 a 60 da Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CEB 17/2001, homologado pelo senhor Ministro de Estado da Educação em 15 de agosto de 2001.

Esse é um desafio lançado como contribuição para a inserção da educação inclusiva na sala de aula da escola regular, que está inserido nos capítulos do texto em epígrafe.

Os Caminhos das interfaces da inserção da educação inclusiva; os princípios constitucionais da educação inclusiva na escola regular; documentos nacionais que garantem os direitos às pessoas com necessidades especiais na sala de aula da escola regular; documentos estaduais que garantem os direitos às pessoas com necessidades especiais na sala de aula da escola regular. Recomenda-se, então a leitura, reflexão do texto, para que a ação em prol da inserção da educação inclusiva da escola regular possa contribuir para eliminar as barreiras da exclusão.

## **CAPÍTULO 3**

### **3.10MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS**

O Município de Teixeira de Freitas não surgiu por obra do acaso. Nasceu, sim, de uma série de transformações na política do Estado da Bahia, no país e das rotas de comerciantes que tanto favoreceram a posição central da cidade. Quais os fatos que contribuíram para o crescimento da cidade de Teixeira de Freitas? A enciclopédia dos municípios, editada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), hoje Fundação IBGE, no volume XX, descreve em detalhes os municípios de Alcobça e Caravelas de onde foi desmembrado o território de Teixeira de Freitas.

O povoado, formado por famílias negras, conhecido às vezes pelo nome de “Mandiocal, Comercinho dos Pretos, Tira Banha, Perna Aberta, não apresentava perspectivas de crescimento”. Erguidas às margens de uma cidade aberta por firma de madeira no meio da floresta, as quatro primeiras barracas feitas com pedaços de madeira, palhas e taipas, que marcaram o início da povoação, não chegavam a merecer a atenção dos estáticos.

Essa enciclopédia é considerada o trabalho já realizado sobre os municípios brasileiros. Ela registra sobre cada um deles todo o tipo de povoação existente na época, seja nas categorias de cidade, vila, povoado, seja na categoria de “outras aglomerações”. O grau de registro de maneira alguma é classificado como rigoroso, pois há referências de aglomerações que passam de 30 habitantes. Nem assim, Teixeira de Freitas teve registro. Surgia e crescia despercebida pelo mundo, mas não precisaria de muito tempo para se destacar no mapa econômico do Estado da Bahia.

Transformou-se em um dos mais importantes aglomerados do Estado, sem, no entanto, marcar presença nos censos demográficos das décadas de 1960, 1970 e 1980. Segundo Koopmans (2005), dividido entre dois municípios, o povoado gigante servia apenas para ingressar a população do distrito de Juerana, do município de Caravelas, e do distrito sede de Alcobça. Num dos censos demográficos, por exemplo, Juerana, vila de pouco mais de 990 habitantes, aparece com uma

população rural de 28.244 habitantes, enquanto o distrito de Alcobaça, cidade com mais de 3.533 habitantes registrava uma população superior a 30 mil habitantes.

### 3.1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA

MAPA 1- ESTADO DA BAHIA



Google Maps.

No romance *Tieta do Agreste* (1977), de Jorge Amado, o narrador faz muitas observações acerca da cultura popular, como: “os nomes dados por autoridades, escritos em placas de metal confeccionadas em oficinas especializadas na cidade, não resistem às placas de madeira confeccionadas por mãos artesanais e anônimas. Mão do povo”. De acordo o IBGE, em 14 de fevereiro de 1957, o povoado de São José do Rio Itanhém foi batizado com o nome de Teixeira de Freitas em homenagem ao ilustre baiano pai da estatística Brasileira, através do Ofício de nº 91, de 14 de fevereiro de 1957.

O documento oficial e o único até então conhecido que prova que existiu outra denominação antes do oficial no povoado que mais tarde, ao emancipar, manteve a homenagem ao ilustre baiano Teixeira de Freitas. Destacou José Esteves Ribeiro Neto: “Em 1957, o então chefe da agência de estatística de Alcobaça, oficialmente

solicitou a prefeitura e a câmara daquele município uma homenagem póstuma ao imortal baiano Teixeira de Freitas, deu-lhe o nome ao povoado de São José de Itanhém, o que foi bem aceito pelo, então, prefeito municipal”.

O batismo oficial não impediu que a cidade recebesse alcunhas e apelidos dados pelos populares, falo isso com base nas falas de antigos moradores descritas em documentos e publicações que serão citados a seguir. Miguel Geraldo Farias Pires em uma compilação histórica feita por ele no ano 1986, publicada na edição especial do Jornal Alerta de maio de 2013 diz que: “Devido à bifurcação das estradas de rodagem de Alcobaça e Água fria, atualmente Medeiros Neto, e do povoado de São José de Itanhém até o porto de Santa Luzia, no município de Nova Viçosa – sendo está última de propriedade da firma de madeira “Eleozíbio Cunha”, o povoado de São José do Itanhém era conhecido como Perna Aberta”.

Em entrevista a revista Origens, Teixeira de Freitas, em 1985, o senhor Servídio do Nascimento, recordou que além de tantos outros o município também foi por muito tempo chamado de “Arrepiado”, assim chamado por haver muita discussão e bate boca no pequeno comércio. Recorda também o senhor Nascimento que o primeiro comerciante do povoado, Chico D água, ao construir no lugar uma barraca para vender aos motoristas que passavam pela estrada da “Eleozíbio Cunha”, plantou uma grande roça de mandioca onde hoje estar o centro da cidade, por isso o lugar foi apelidado pelos madeireiros e passantes de Mandiocal.

No trabalho monográfico, A vida privada dos Negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas, na década de 1960, Susana Ferreira evidencia que, o povoado foi por um período conhecido como o Comércio dos Pretos: Tão logo foi aberto o caminho de terra pela empresa mineira Elecunha, de “Eleozíbio Cunha”, mudaram se para o lugar, chamado na época de Mandiocal, os negros Francisco Silva e Manoel de Etelvina, este abria um boteco, tornando o comerciante pioneiro. Assim iniciava o “comércio” mais tarde denominado de “Comércio dos Pretos”.

Recordou Isael de Freitas Correa (2009) em entrevista no ano de 2009, que “o povoado mudou de Arrepiado, para Tira-Banha, porque deu uma facada em Manoel de Etelvina, comerciante pioneiro, gordo e barrigudo”. Reza a lenda que a facada tirou a banha do pioneiro. Como Teixeira cresceu na divisa dos municípios de

Alcobaça e Caravelas, não se pode deixar de falar da parte Caravelense do povoado a Vila Vargas, que surge com a exploração da madeira ao sul das primeiras estradas de rodagem, hoje conhecida como AV. Marechal Castelo Branco.

Segundo Ralile (2006), revela que a formação do povoado se deu na era Vargas, ditadura por isso esta homenagem em detrimento ao presidente Getúlio Vargas, década de 1950. E importante ressaltar que os nomes oficiais não são escolhidos pelos moradores, a denominação popular sim, tem um sentido, informa e caracteriza o lugar de acordo a sua identidade e cultura, a oficial não tem outra função a não ser homenagear uma figura importante da história do país e do estado.

Ao batizar o povoado com o nome de Teixeira de Freitas, as autoridades tiraram da cidade um nome coerente com sua história e cultura, como expressava o significadodos apelidos, Comércio dos Pretos, Mandiocal, São José do Rio Itanhém. Ainda hoje se escuta por ai, alguns toponímicos como Teixeira das Tretas, Texas City, Praças dos Leões, que oficialmente e a Castro Alves, o Bairro Wilson Brito, popularmente Buraquinho. Nomes dados e escritos pela mão do povo.

### 3.1.3 EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS

**MAPA 2 – CIDADE DE TEIXEIRA DE FREITAS**



Fonte: Google Maps

O município de Teixeira de Freitas foi emancipado em 9 de maio de 1985, através da Lei Nº 4.452, instalada em 1 de janeiro de 1986. O território do município foi constituído com a fusão de áreas de terras dos municípios de Alcobaça e Caravelas, uma vez que o povoado se localiza em áreas antes pertencentes aos dois municípios. O território local possui uma área de 104.600 hectares, confronta-se ao Norte com o município de Prado; ao Sul, com o município de Caravelas; ao Leste com o município de Alcobaça e a Oeste os municípios de Medeiros Neto e Vereda.

Quando o município emancipado em maio de 1985, já possuía uma população estimada em 63 mil habitantes. No primeiro censo como município, 1991, a população atingiu 85.547 mil cento e quarenta e sete habitantes, no censo de 2000 a população do município de Teixeira de Freitas, alcançou 107.486 mil habitantes, em 2008, estima-se uma população de mais de 123.858 mil habitantes, somando sede, povoados e zona rural. Esses últimos números foram visualizados no site do (IBGE), em Teixeira de Freitas, dados estimados em 2007, com base na taxa de crescimento, mortalidade, imigração e migração, ainda a fecundidade de mulheres entre a faixa etária de 16 a 32 anos.

#### **3.1.4. AS MADEIREIRAS IMPULSIONAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE TEIXEIRA DE FREITAS**

Pensar a cidade em pleno desenvolvimento de suas potencialidades implica compreender de que maneira o homem apresenta como responsável por esse conceito de geração de emprego, rendas, civilização, transmissão de conhecimento, culturas, sustentabilidade e qualidade de vida aos seus pares. Com o advento da revolução industrial da década de 70, as comunidades ganham melhores qualidades de vida, mas nem sempre conseguem crescer e se destacar no cenário regional e assim ficando a mercê do trabalho braçal e outras atividades informal.

Não devemos destilar pessimismo nem refugiar-nos no passado. Somos pós-modernos. Vivemos no presente, vivemos o presente. Mas também devemos viver contra o presente que arruína a humanidade. Não poderemos aderir gregariamente à última novidade seja econômica, tecnológica, cultural, moral ou religiosa. O que importa é impulsionar tudo o que realiza o ser humano. E desterrar tudo o que se realiza. O significado da pós-modernidade deverá ser avaliado pelo que está acontecendo ao ser humano (Koopmans, 2002, p. 14).

Embora a retirada seletiva de madeira venha sendo praticada há mais de 500 anos no Brasil, na Bahia ela se tornou intensa nos últimos anos 30 anos (MESQUITA, 1999). Particularmente com a mudança de companhias madeireiras para o Sul da Bahia, vinda do norte do Espírito Santo. Para Monforte (1977) a partir de 1947, o Norte do Espírito Santo começou a perder sua floresta nativa, jacarandás, cedros, jatobás, macanaíbas, ipês, passaram a ser exportados em grandes quantidades até sua total extinção (...), a exploração devastou toda a floresta capixaba e levou os madeireiros ao Sul da Bahia. E nessa caminhada, estradas foram abertas, povoados fundados.

Segundo Sant' Anna (2007), apud Sant' Anna (2009). É na década de 1950, que impulsionado pelos incentivos do recém-criado Banco do Nordeste, começa um processo de desmatamento sistemático na região para a criação de gado e lavoura. Porém é no início dos anos 1970, com a inauguração, em 22 de abril de 1973, do trecho que liga Vitória no Espírito Santo a Salvador na Bahia, da rodovia BR-101, que a extração da madeira ganha uma escala avassaladora.

A primeira serraria de Teixeira de Freitas chegou em 1950, vinda do Estado de Minas Gerais e se chamava Santa Luzia. Com a atuação no ramo da serraria de madeira o ritmo das cidades vizinhas começou a acelerar a mão de obra, assim se fez necessário pensar no escoamento da produção de madeira para abastecer as serrarias e a exportação da madeira serrada, surge a primeira estrada de rodagem aberta pela madeireira pioneira, favoreceu o crescimento econômico do povoado de Teixeira de Freitas.

Empresas madeireiras extraíram 225.000 m<sup>3</sup> de madeira do sul da Bahia em 1994, quase 75% de ilegal (IESB, 1997). Naquele ano, todas as empresas madeireiras autorizadas da região estavam operando em áreas que abrigavam primatas ameaçados (MESQUITA, 1997). Em 2001, um comitê especializado avaliou 315 planos de manejo aprovados, e apenas 32 foram considerados adequados. Apesar da proteção legal, a taxa de desmatamento no Sul da Bahia continuou de modo acelerado a exploração de madeiras nativas, o que possibilitou aos proprietários de terras venderem suas propriedades para o plantio da monocultura do eucalipto.

### 3.1.5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Desde o início da década de 80, o município de Teixeira de Freitas é tradicionalmente voltado para atividades agropecuárias e para o comércio, tendo em vista que fica estrategicamente bem situado no Extremo Sul. Sua principal atividade é agropecuária e o comércio, porém, fora a madeira e o seu beneficiamento com a implantação de grandes serrarias, chegando o município a ter mais de uma centena de serrarias no auge do beneficiamento, entre as décadas de 60 e 70.

Entretanto, o desenvolvimento socioeconômico no município de Teixeira de Freitas continua acelerado na agricultura sob a influência da colônia japonesa, passou a produzir mamão, abóbora, melancia, tomate, maracujá, pimentão, quiabo, melão e limão, sendo hoje um dos maiores produtores de mamão e busca status de maior produtor e exportador de melancia, até por que todo ano a cidade de Teixeira de Freitas realiza a festa da melancia, trazendo ao público grande festival de culinárias, show musical e outras atrações voltadas para o desenvolvimento da agricultura e desenvolvimento regional.

O Distrito Industrial, com o desenvolvimento regional incentivado em grande parte pela empresa Suzano Papel e Celulose, tudo isso depois do advento da BR-101, que atravessa o município, haja vista que o Distrito Industrial, encontra-se em fase de expansão tendo já instalada várias empresas no Distrito Industrial.

Atualmente, com o desenvolvimento regional incentivado em grande parte pela implantação da Suzano Papel e Celulose, tudo após o advento da BR 101, que atravessa o Município, onde surgiu o Distrito Industrial, que se encontra em fase de crescimento com a instalação de novas em empresas.

Estas afirmações, indagações de alguma maneira também são nossas, situação que contribuiu para que nos interessássemos em compreender a cidade na qual se vive. Entendendo cidade a partir da leitura de Raquel Rolnik:

Cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza, e além de continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história. Tudo isso se refere a um tipo de espaço que, ao concentrar e aglomerar as pessoas intensifica as possibilidades de troca e colaboração entre os homens potencializando sua capacidade produtiva. (1995 p. 9. 25).

Essa aglomeração de pessoas, suas relações e produções vão delineando a cidade, em um progressivo domínio sobre o meio-ambiente que se manifesta desde o traçado original da construção da primeira casa, a abertura das ruas, das avenidas, praças e jardins até as sociabilidades que têm lugar no cotidiano, uma vez que a cidade é construída pelos povos nativos que cederam lugar aos imigrantes e juntando toda essa miscigenações deram lugar a grande cidade que muito orgulha toda a sua população e os visitantes que vêm a procurar do comércio e suas ascensões, assim esses heróis e heroínas constroem as representações de nossas memórias.

Sobre isso, é interessante a leitura que Eric P. Thompson (1981), que traz a concepção de “experiência”. Ele levanta a importância desta questão na vida social dos indivíduos reais, e o desenvolvimento no cotidiano das pessoas, fazendo com que esteja diante de nós um imenso campo de possibilidades. Como pode conhecer na educação a vinda dos campi universitários de ordem federal, estadual e as faculdades para a cidade de Teixeira de Freitas e microrregião do extremo sul da Bahia; a construção de hospitais públicos e hospitais privados, as clínicas médicas, laboratórios [...], a construção do fórum, ministério público estadual e federal, sede do comando da polícia militar, polícia civil e corpo de bombeiros, as sedes dessas instituições fazem de Teixeira de Freitas um pólo de desenvolvimento regional para todos os baianos do extremo do Bahia e cidades vizinhas.

Ao investigarmos o comércio enquanto desenvolvimento regional deparou com grandes estabelecimentos comerciais, rede bancária, empresa do ramo de frigoríficos, centro de abastecimento comercial, além de uma produção sócia histórica, de expressão e de produção das identidades socioculturais locais, estamos exercitando o que anuncia a abordagem da Nova História, onde tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído considerando as práticas opiniões de pessoas comuns. BURKE (1992 p. 11). Essa é Teixeira de Freitas, orgulho de todo o povo Teixeirense e os que vivem nessa microrregião do Extremo Sul, vêm a procura de tudo aquilo para se viver melhor.

### 3.1.6 O BAIRRO NOVA AMÉRICA– TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA

O objetivo deste texto é apresentar como a política de atendimento ao público alvo da educação especial, foi sendo construída no período compreendido entre 1958 até 2014, ano de referência para construção desta pesquisa. Resgatamos a história de criação dos serviços e apoios implementados no transcorrer das diversas administrações públicas e explanaremos sobre as tentativas que os profissionais da educação e o sistema empreenderam ao longo dos anos, para proporcionar a integração ou inclusão ao público-alvo da educação especial nas classes regular do ensino fundamental de 9 anos.



Mapa 3. Bairro Nova América-Teixeira de Freitas-Bahia.

Fonte: Google Map

Ao analisarmos as fontes documentais, identificamos como o Bairro Nova América iniciou sua trajetória histórica. No ano de 1923 quando a família do senhor Isael Freitas Correia, natural de Alcobaça, instalou-se na Fazenda Nova América, para cultivá-lo a lavoura de mandioca, milho, feijão e posterior a criação de animais suínos, bovinos, aves, [...]. Mas com a chegada do ano 70 e o apogeu da revolução industrial, descentralização dos espaços, a Fazenda Nova América dar lugar ao bairro Nova América, onde está situada a Escola Sheneider Cordeiro Correia.

### 3.1.7A ESCOLA SHENEIDER CORDEIRO CORREIA - MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS.



Fonte 01: Jornal Alerta.

A Escola Municipal Professor Sheneider Cordeiro Correia, está localizada no Bairro Nova América, zona leste da cidade de Teixeira de Freitas. Inscrita no CNPJ 01.873.085/000-85. Código no INEP 29328225, fundada em 22 de outubro de 1988 e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 15.03.96.

A Instituição de Ensino atende ao público em três turnos, abrangendo os níveis fundamentais I e II, no turno matutino, a escola atende a clientela do 6º ao 9º ano; no turno vespertino atende a clientela do 5º ano e 6º ao 8º ano; no turno noturno atende a clientela da EJA: Educação de Jovens e Adultos no Eixo 1, Eixo 2, Eixo 3, Eixo 4. Oferece ainda o Projeto Mais Educação (PME). Esta escola foi selecionada para ser pesquisada, por ter uma história de inclusão datada de alguns anos e cujo caminho permitiu uma reflexão, quando atende a sua clientela do Caminho do Mar 1, Caminho do Mar 2, Vila Feliz, sendo a minoria residente na zona rural do município de Teixeira de Freitas. Porém, vale ressaltar que os alunos com necessidade especial que estudam na sala de aula regular, residem na sede do município de Teixeira de Freitas.

**TABELA 2. QUANTITATIVO DE ALUNOS INCLUÍDOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SALA DE AULA REGULAR DA ESCOLA SHENEIDER CORDEIRO CORREIA.**

Nº de professores	2010	2011	2012	2013	2014
Profissionais da educação inclusiva	X	X	X	X	X
Alunos das classes especiais	X	X	X	X	X
Alunos especiais na classe regular	02	02	03	04	07
Total de alunos na escola	689	698	726	753	794

Segundo (MANTOAN, 2003 p. 60), antes mesmo da modalidade de inserção do aluno com necessidade especial na sala de aula regular como estratégia da política de inclusão da rede pública do município de Teixeira de Freitas em 2008. As mesmas já funcionavam, informalmente nesta escola por iniciativa da direção, coordenação, professores e pessoal de apoio administrativo da escola.

Conforme apontado, ainda na pesquisa, desde 2010 a escola já incluía alunos com necessidades especiais na classe regular. Assim a escola desenvolveu atividades com o objetivo de atender alunos com necessidades especiais com fins específicos de não deixar crianças fora da escola, com a promulgação do PNE 13005/2014 na meta 4 vem consolidar com o pensar e fazer pedagógico:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Assim a LDB 9394/96 no Art. 58, respalda a discussão da inclusão do aluno com necessidades especiais na escola regular da educação básica.

### 3.1.8 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com professores da Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia que atuavam no ensino fundamental de 9 anos, selecionados com antecedência com base na oportunidade de interação com alunos com necessidades especiais do cotidiano da sala de aula. Respondeu o questionário cinco professores, todos do quadro permanentes da Instituição de ensino com a formação acadêmica em letras, biologia, pedagogia, matemática, educação física, uma diretora com formação em pedagogia, uma vice - diretora com formação em pedagogia, uma coordenadora pedagógica com formação em pedagogia, duas funcionárias do quadro de serviços gerais ambas com o ensino médio completo.

Antes da realização da pesquisa foi abordado o tema para os participantes e assim lançado o convite para participar da pesquisa. Os participantes receberam o questionário após autorização da diretora da Instituição ensino, essa, que assinou o termo de autorização de livre e esclarecido para que fosse devidamente preenchido e assinado com os dados pessoais conforme cópia em apêndice.

Quanto a média de tempo de serviço no magistério público municipal foi de oito e no máximo de dezesseis anos. A tabela abaixo apresenta as características dos participantes da pesquisa.

**TABELA 3. PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Participantes	Formação	Experiência na escola regular
Professora P2	Biologia	8 anos
Professora P2	Pedagogia	8 anos
Professor P2	Matemática	2 anos
Professora P2	Letras	15 anos
Professor P2	Ed. Física	3 anos
Diretora	Pedagogia	13 anos
Vice-diretora	Pedagogia	16 anos
Coordenadora Pedagógica	Pedagogia	15 anos
Serviços Gerais	Ensino Médio	10 anos
Serviços Gerais	Ensino Médio	8 anos

## **CAPÍTULO 4**

### **4.1. ANÁLISE DE DADOS**

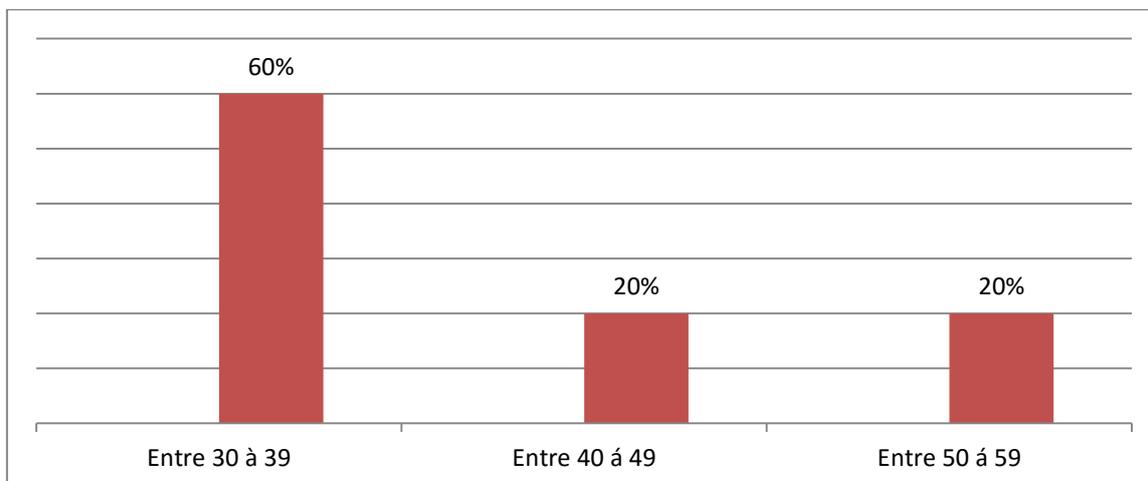
Os dados classificados nessa categoria temática são os que se referiram à maneira como ocorreu o contato da escola com a proposta das Interfaces da Inserção da educação inclusiva na sala de aula da escola regular, a maneira como a escola se organizou para dar as informações de maneira precisa sem deixar perder a oportunidade de responder de maneira real os acontecimentos com exclusão dos alunos com necessidades especiais, também como se planejou para realizar a tarefa educativa a partir dos princípios norteadores da proposta do pesquisador.

Para delinear a forma como ocorreu esse processo, por meio da representatividade das respostas dos questionários dos participantes da pesquisa, procedeu-se a organização de faixa etária dos participantes da pesquisa, sexo dos participantes da pesquisa e formação acadêmica dos participantes da pesquisa.

Essa organização serve para respaldar as Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva nos princípios legais defendidos pelo pesquisador nas suas convicções, leituras, reflexões, participação em congressos, seminários a nível local, estadual federal e internacional, onde reconheceu importância de se incluir a todos no contexto escolar para o desenvolvimento e crescimento humano.

Assim, a visão sobre a educação inclusiva na escola regular, propiciar a preservação de valores, construção de conhecimentos e uma nova visão de como se destaca “Inclusão social e o processo pelo qual a sociedade, e o portador de necessidade especial procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”. (SASSAKI, 1999, p. 167), sendo assim incluir todos aqueles e aquelas com necessidade especial no contexto escolar, fazem parte de um crescimento humano, valorização das diversidades e fortalecimento da inclusão social, assim como o fortalecimento da democracia onde “todos são iguais perante a lei”.

## 1. Faixa etária dos participantes da pesquisa



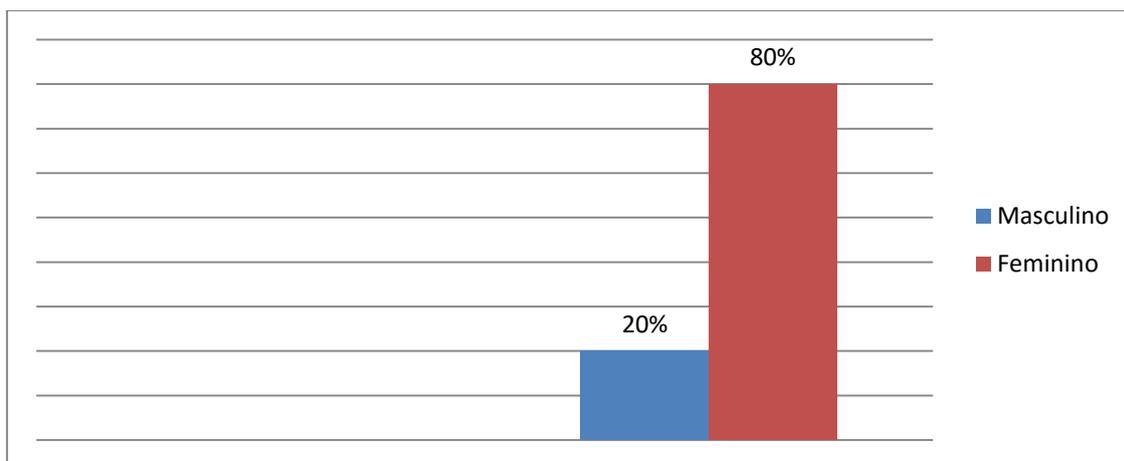
Fonte: o autor

Com relação à faixa etária do quadro de funcionários da Escola Sheneider Cordeiro Correia, quês responderam ao questionário 60% estão entre 30 à 39 anos, 20% estão entre 40 à 49 anos e 20% estão entre 50 à 59 anos, dos que responderam ao questionário apenas duas funcionárias tinha ensino médio completo, os demais possuíam ensino superior completo.

A partir do conhecimento da faixa etária dos participantes dessa pesquisa foi possível estabelecer um diagnóstico bastante nítido da escola estudada em relação à inclusão. A verificação dos conceitos da comunidade escolar permitiu conhecer a realidade da instituição e mostrar caminhos que podem levar à implementação de um processo inclusivo eficaz, construído sobre bases sólidas e que vise ao acesso e permanência de todos com a garantia de uma educação de qualidade.

Portanto foi importante conhecer, que, a Educação Inclusiva acontece porque a escola regular já está preparada para atender e educar alunos com necessidades especiais na sala de aula regular, ou seja, a maioria dos professores e funcionários observa que a Educação Inclusiva ainda não acontece de fato. Constata-se a partir disso, que, para a comunidade escolar, está bem claro que a escola regular deve se adequar para atender alunos com necessidades educacionais especiais, embora reconheça que não seja esta a realidade em muitos contextos escolares.

## 2. Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: o autor

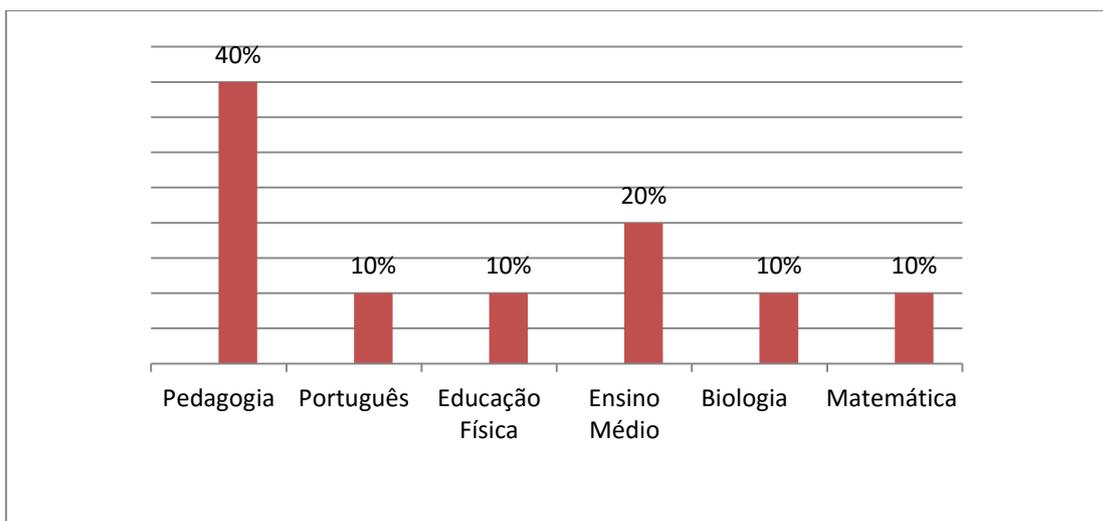
Dos participantes da pesquisa que responderam ao questionário apenas 20% foi do sexo masculino, 80% que responderam ao questionário foram do sexo feminino.

As concepções dos funcionários, professores, diretores da escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia, instituição de ensino, que, ministra aula para o ensino fundamental I e II, a respeito da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, assim como a avaliação do trabalho de inclusão, conhecimento e condições referentes ao processo de educação inclusiva na escola pesquisada, teve a participação de seu corpo docente, administrativo e pedagógico.

Assim pode-se observar que 20% dos funcionários do sexo masculino, demonstraram interesse em participar da pesquisa dando sua parcela de contribuição respondendo ao questionário e colocando-se a disposição para contribuir com aquilo que for preciso, por acreditarem que a inclusão é um caminho viável para todos aqueles que necessitam estudar na escola regular e que de certo modo encontram-se impedido de participar do processo ensino aprendizagem devido à discriminação.

Assim, 80% dos funcionários que responderam ao questionário eram do sexo feminino, esses públicos sentiram entusiasmados a participar de um processo importante, que poderá transformar sonhos de alunos considerados portadores de necessidades especiais na escola regular da educação básica.

### 3. Formação acadêmica dos participantes da pesquisa



Fonte: o autor

A formação acadêmica dos participantes da pesquisa foi definida com 40% licenciados em pedagogia, 10% licenciado em letras com habilitação em língua inglesa, 10% licenciado em educação física, 20% com ensino médio completo, 10% licenciado em biologia, 10% licenciado em matemática.

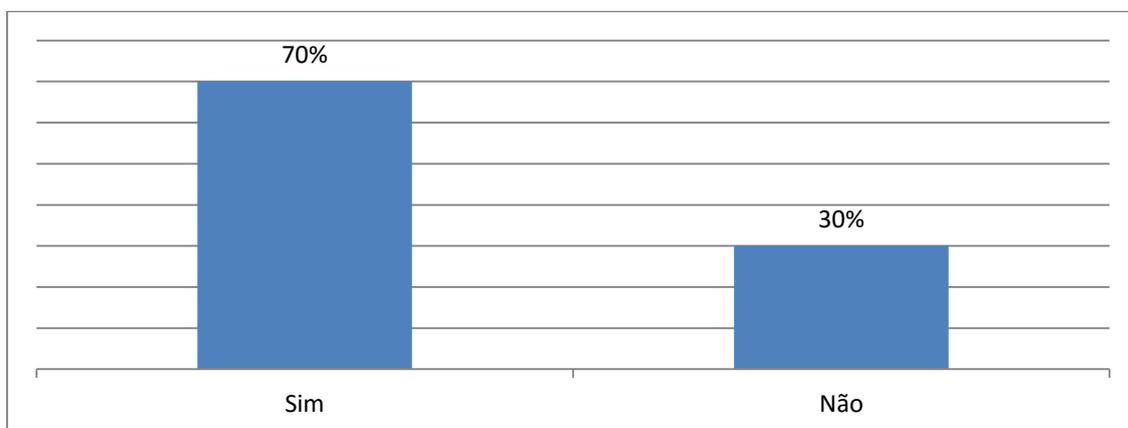
A formação acadêmica dos participantes da pesquisa foi importante para que a pesquisa obtivesse informação consistente, no ponto de vista dos pedagogos a inclusão já acontece de maneira tímida sem os devidos recursos pedagógicos, conhecimento científico e sim de modo à atender as normas proferidas pelas Secretarias de Estado e Município.

Quanto aos acadêmicos de português, educação física, biologia e matemática, afirmaram que não é obrigação da escola matricular aluno com necessidade especial, por que além do professor não ter formação, a escola não dispõe de recursos pedagógicos, acesso aos departamentos da instituição, ou melhor, a escola não dispõe de infra-estrutura para atender ao aluno com necessidade especial.

Quanto aos funcionários da administração, afirmaram não terem suporte para atender aos alunos com necessidades especiais, mas estão a disposição para colaborar com estudantes especiais e acreditam que todos tem os mesmos direitos e deveres, por isso há inclusão é necessária para se ter um sociedade melhor.

Gráfico 4.

Do seu ponto de vista, o aluno com necessidade especial deve ser incluído na escola regular?



Fonte: o autor

Do ponto de vista dos 70% dos participantes da pesquisa que responderam ao questionário acreditam que o aluno com necessidade especial deve ser incluído na escola regular, admitem ao reconhecerem a importância de se incluir a todos no contexto escolar como parte de um crescimento humano e de valores como a democracia permite.

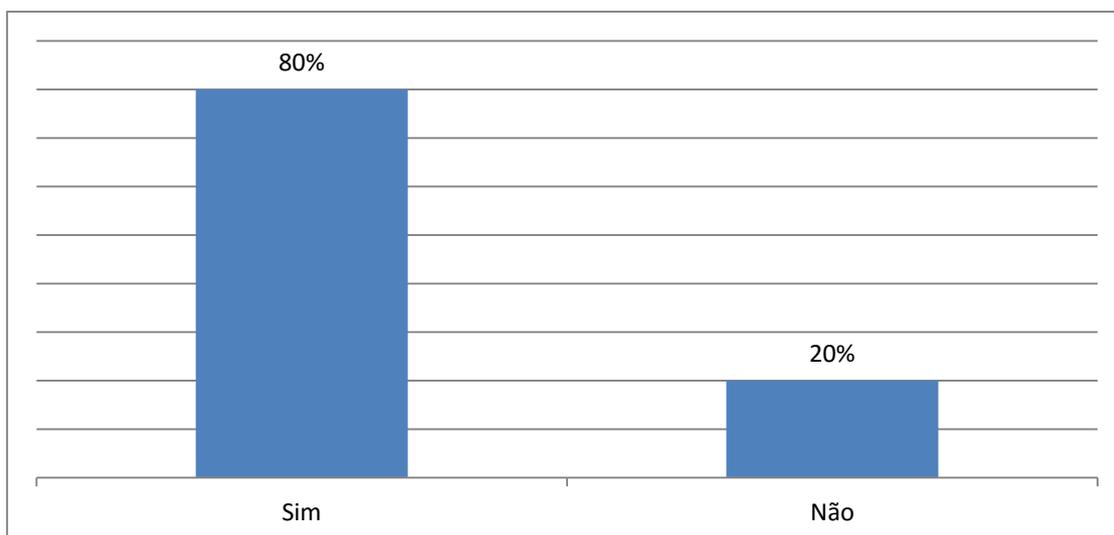
Embora a inclusão seja uma prática recente ainda incipiente nas nossas escolas, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão, considero-a suficiente para questionar que ética ilumina as nossas ações na direção de uma escola para todos (MANTOAN, 2003, p. 29).

Portanto, acredita-se que a sociedade humana vem crescendo e tornando-se progressivamente inclusivas, o que se observa a ultrapassagem das barreiras dos preconceitos às oportunidades de se acolher o outro como ele é na vida coletiva e a oportunidade de igualdade de direitos em diversos seguimentos da sociedade moderna deste Século XXI.

Embora, muito ainda deve ser feito para que a inclusão esteja ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs, mas a inclusão deve se tratar e ser repensado com igualdade, pois no Brasil ocorrem muitas mudanças na vida das pessoas com necessidades especiais. Não só das crianças, mas de modo geral na vida do cidadão, certo que as mudanças de paradigmas têm permitido a enxergar a vida com outra concepção de inclusão.

Gráfico 5.

Os alunos com leves problemas de necessidades especiais e alunos com graves problemas de necessidades especiais devem ser acolhidos na escola regular com os mesmos direitos e deveres como rege a (LDB) 9394/96, art. 58?



Fonte: o autor

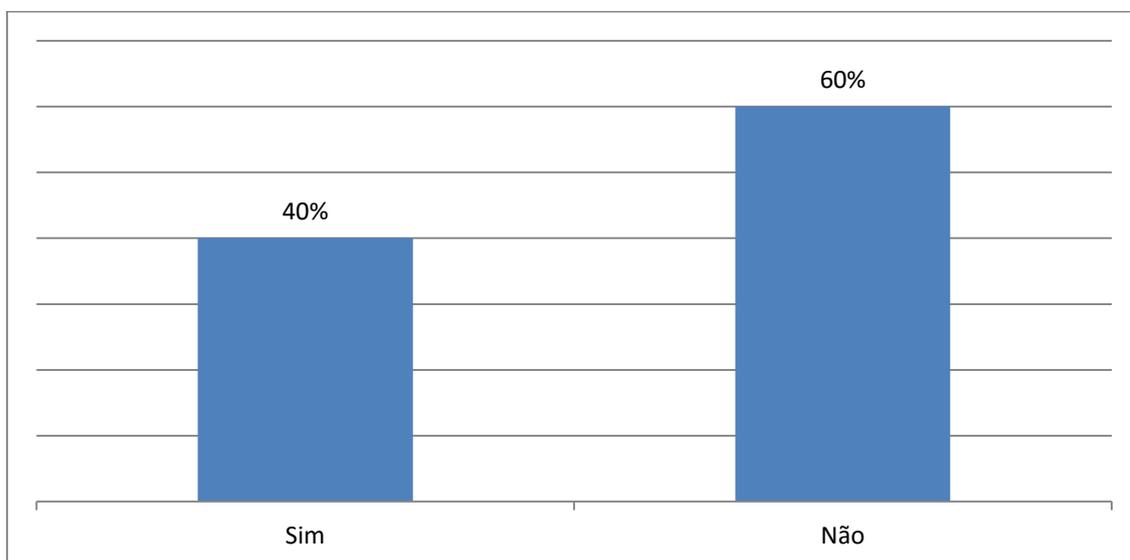
A afirmação dos 80% dos participantes da pesquisa que responderam ao questionário vai ao encontro no que afirma.

A Lei 9.394/96, por sua vez, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e reforça, nos artigos 58 e 59, a importância do atendimento educacional a pessoas com necessidades especiais, ministrado preferencialmente em escolas regulares. Estabelece, também, que sejam criados serviços de apoio especializado e assegurados currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às peculiaridades dos alunos.

Este relato facilita o entendimento de que a inclusão não se restringe apenas à escola, mas estende-se a qualquer outro lugar de convívio social do sujeito. É parte de uma legislação ampla do qual a sociedade participa na busca de direitos e deveres sociais garantidos na forma da igualdade de acesso, participação e permanência, principalmente na educação, por intermédio da qual o indivíduo pode exercer com efetividade o direito de cidadania, igualdade e justiça, fazendo renascer o espírito de auto estima nos espaços físicos da escola, nos espaços físicos e social no qual ele esteja inserido no momento.

Gráfico 6.

Para você, a Escola Sheneider Cordeiro Correia está preparada para receber alunos com necessidades especiais?



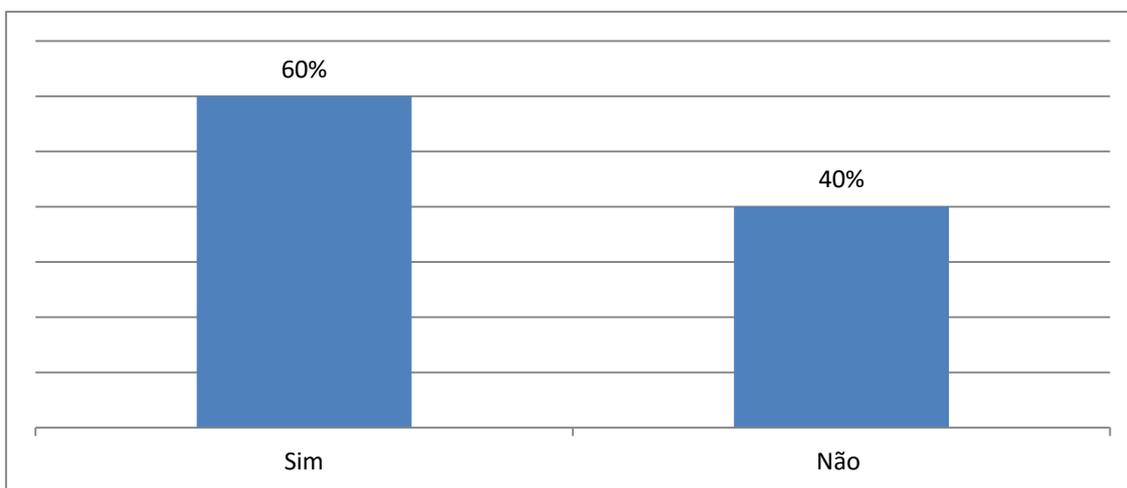
Fonte: o autor

Na visão dos participantes da pesquisa que responderam o questionário, 40% acreditam que a escola não está adequada para receber alunos com necessidades educativas especiais. Para outros 60% acreditam que a escola está preparada para receber alunos com necessidades educativas especiais por que após a adesão da escola aos programas do PDE a escola conseguiu edificar sua estrutura física e tecnológica com a equiparação de laboratório de informática, sal multifuncional, biblioteca, de internet banda larga, banheiros adequados à alunos com necessidades educativas especial, rampa de acesso a sala de aula, laboratório, sala multifuncional, pátio, biblioteca, secretaria, diretoria e cantina.

Portanto, fica evidente que a escola pode receber alunos com necessidades educativas especiais e aos poucos adequar às normas pedagógicas para inclusão, como interação do aluno novato com os demais alunos da turma, discutir as normas de boas convivências, igualdade, responsabilidade, propor a turma para conhecer os espaços físicos da instituição, a saber: rampas e o seu significado, cantina, banheiros masculino, banheiro feminino, sala de coordenação, sala da secretaria escolar, sala de multimeios, quadra poli esportiva e demais departamentos que se fizer necessário para os saberes do educando com necessidade especial.

Gráfico 7.

Para incluir se faz necessário estar aberto para acolher aquele que acredita em novas descobertas, novo experimento. A escola está pronta para receber criança, adolescente, jovem ou adulto com necessidade educativa especial?



Fonte: o autor

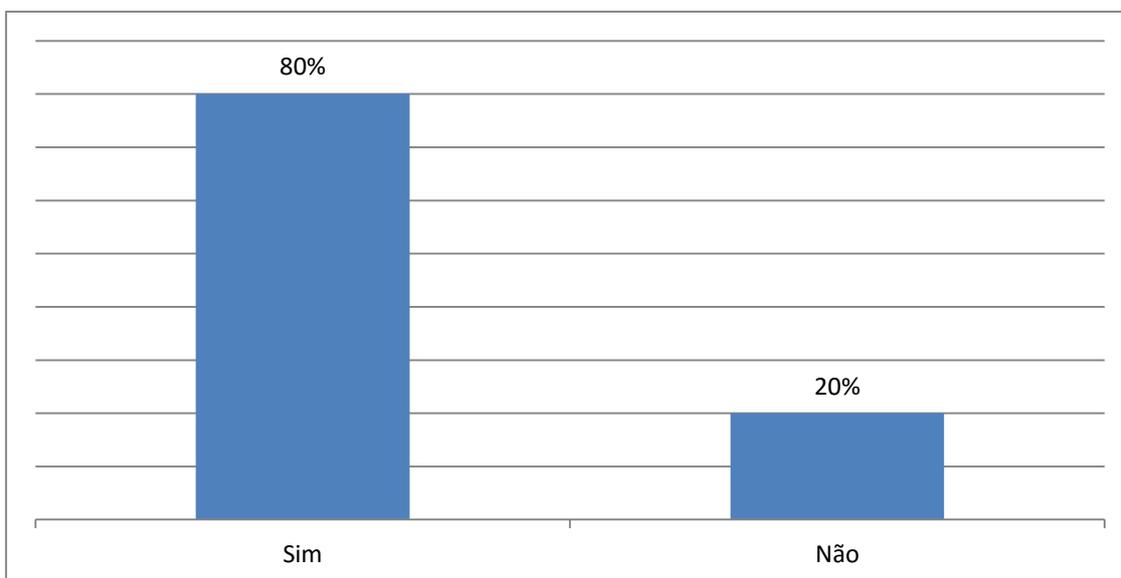
Na visão dos pesquisados que responderam o questionário 60% acreditam que a escola está pronta para receber criança, adolescente, jovem ou adulto com necessidade educativa especial por que dispõe de requisitos adequados para atender a demanda por que nunca estamos prontos, sempre necessita de algo para se adequar, mas diante do que percebemos a escola tem quase toda a estrutura para atender a demanda. Embora ainda se tenha muito que fazer para a escola estar preparada a ponto de receber todos os alunos com necessidades especiais no seu dia a dia na sala;

Não há nenhuma estrada de realeza para a inclusão, porém há um consenso de que ela é um processo e jornada, e não um destino. Não obstante, os estudos de escolas em ação tornam claro que algumas delas viajaram muito além de outras (...) não somente porque elas têm mais alunos com necessidades excepcionais ou até mesmo porque oferecem bons serviços de apoio para tais estudantes (CARVALHO, 2013, p.17).

Assim, fica evidente, que a escola mesmo com todos os requisitos necessários para atender ao aluno com necessidade educativa especial com mobiliários, recursos tecnológicos, sala multifuncional para um atendimento digno ao aluno. Ainda se faz necessário um olhar pedagógico para o ser, fazer e incluir de verdade aquele sonho possível para se tornar uma realidade possível.

Gráfico8.

A instituição de ensino deve oferecer atendimento aos alunos com necessidades especiais (acesso às salas de aula, banheiro, laboratório, cantina, biblioteca, secretaria, diretoria, auditório, quadra de esporte e outros espaços que se fizerem necessário)?



Fonte: o autor

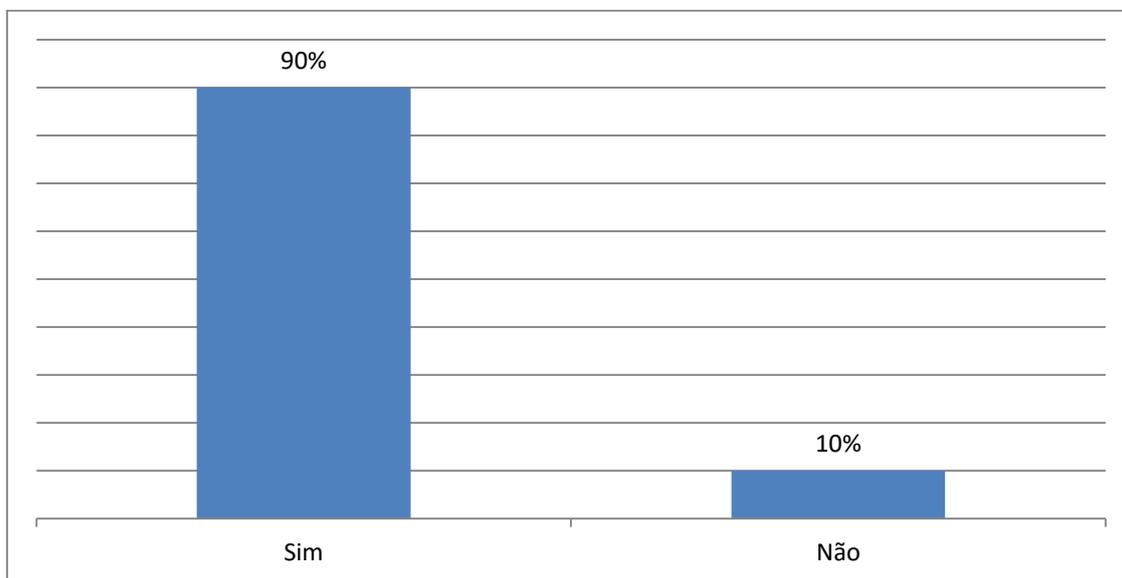
Dos funcionários que responderam o questionário da pesquisa, 80% afirmaram que sim, a escola deve ofertar o acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais. 20% disseram que não, a escola não tem a obrigação de oferecer acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, assim afirma a Lei 13005/2014 de 25 de junho de 2014, meta 4.6;

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação.

Esse direito constitucional reafirma as convicções de que a inserção da educação inclusiva na sala de aula da escola regular é possível com muita persistência e caminhada árdua e convincente, pois a luta e a persistência só acontecem quando acreditamos “que um sonho só não torna realidade, mas quando sonhamos juntos a realidade é possível. Assim o atendimento educacional especializado é possível.

Gráfico9.

O acesso de alunos com necessidades especiais na escola regular demonstra a sensibilidade de todos os cidadãos da sociedade civil, entidade não governamental e poder público. Todos os envolvidos buscam a construção de uma escola inclusiva.



Fonte: o autor

Quando abordado esse quesito pelos funcionários pesquisados 90% responderam que sim, enquanto 10% responderam que não. Porém, a participação de crianças com necessidade especial na escola regular é um direito (BRASIL, 1996), que para ser acessado depende, entre outros aspectos, da articulação entre profissionais, famílias e sociedade para o cumprimento de diretrizes educacionais, destinação de recursos humanos e materiais e formação de profissionais habilitados para o enfrentamento dos diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana do ensino.

Portanto a Lei 13005/14, na meta 4. Contempla o acesso de alunos com necessidades educativas especiais na escola regular, afirma ainda que se faça necessário a sensibilidade de todos os cidadãos da sociedade civil, entidade não governamental e poder público para que haja a inclusão em ação;

A inclusão desafia, pois, a mudanças, estimula a flexibilidade das relações, a redistribuição dos recursos para um mais correto aproveitamento, o trabalho em equipe, a colaboração e a cooperação, o envolvimento de toda a escola, dos pais, da comunidade, dos diferentes serviços e dos seus profissionais do sistema educativo. (FREITAS, 2006, p. 38.).

Outrossim, aponta a importância da participação de todos aqueles e aquelas que acreditam na inserção da educação inclusiva na escola regular.

Gráfico10.

É viável que pais ou responsável pelo estudante com necessidade especial, poderão matricular o aluno, diante da oferta no quadro de professor com formação específica em educação inclusiva?

100% dos pesquisados que responderam ao questionário, afirmaram que essa seria a opção correta, uma escola com todos os requisitos necessários, capaz de atender o aluno com necessidade educativa especial, precisa atender a todas as demandas constituídas nas leis que rege a educação inclusiva, assim o (PNE) 13005/2014 de 25 de junho de 2014, na meta 4. Afirma que:

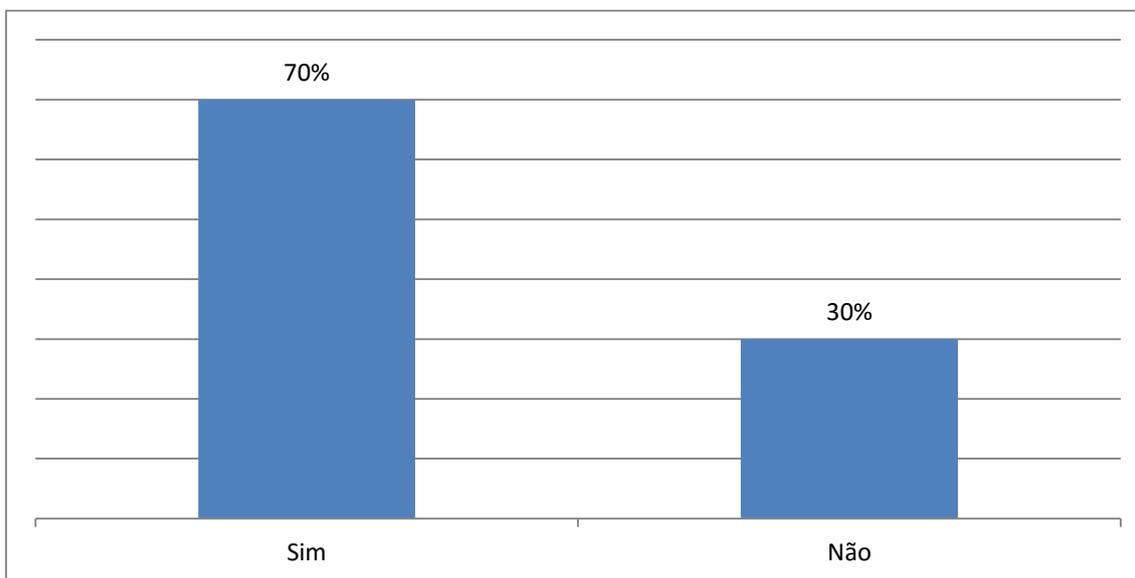
Universalizar, para a população de 4 quatro a 17 dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Fica entendido que para as metas ser cumpridas há a necessidade de cooperação entre os diversos setores da sociedade pública e privada com empresas do setor privado, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento para atuar em parceria na construção de um sistema de educação inclusiva, onde União, Estado e Município possam agir em parceria para uma educação inclusiva de verdade.

Após visualizar os setores públicos onde se podem encontrar alternativas para a inclusão daqueles que têm necessidade especial. Cabe, portanto, à sociedade uma parcela de contribuição no desenvolvimento da proposta de uma educação inclusiva, com a eliminação de barreiras, física, sociais, psicológica, ou instrumentais, para que os alunos considerados com necessidades especiais possam inserir aos serviços, informações, lugares ou benefícios sociais, que se fizer necessário para seu desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento afetivo, desenvolvimento sociocultural ou desenvolvimento social da pessoa humana.

Gráfico 11.

Diante das Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva no ensino regular é preciso planejar atividades coletivas, atividades diversificadas para atender a todos sem ferir a integridade do aluno especial?



Fonte: o autor

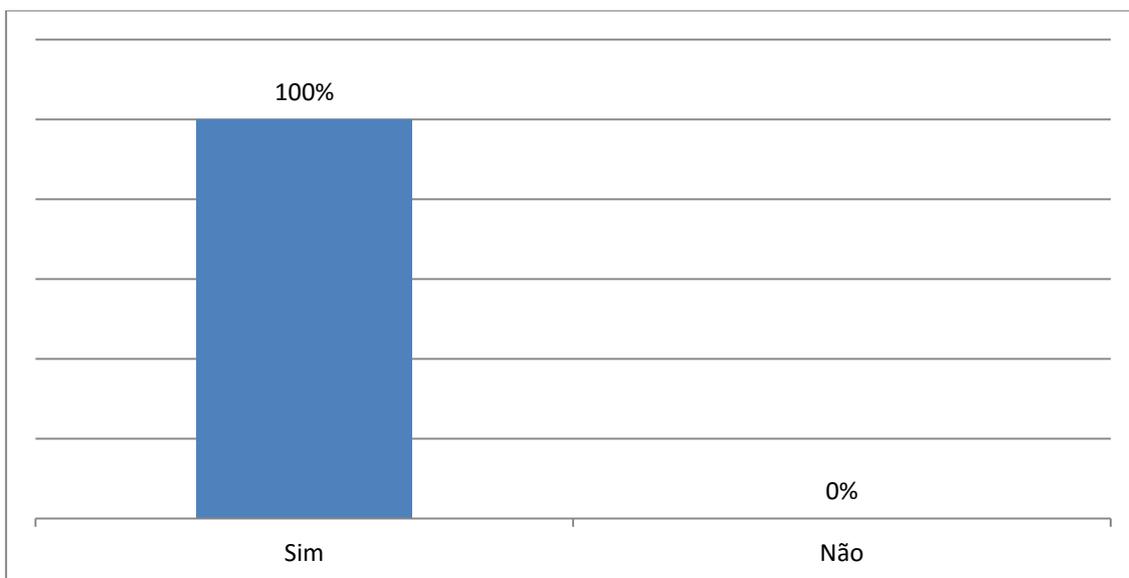
Nessa perspectiva a construção do processo da educação inclusiva na sala de aula da escola regular se faz necessário acordar para o questionamento da seleção de profissionais para trabalhar no contexto da educação inclusiva na escola regular, as práticas inovadoras na mediação com o aluno com necessidade especial, afinal as mudanças começa com as atitudes do professor, no planejamento de atividades pedagógicas, produções de conteúdos, metodologias e como avaliar a construção do processo de ensino aprendizagem do com necessidade especial.

Formação continuada do professor como ressalta pesquisadores da área da educação inclusiva, deve ser submetida de maneira que venha contribuir com a prática inclusiva reflexiva, que possa gerar oportunidade de construir a identidade do aluno, possibilitar a mudança de paradigma, desde que haja necessidade, entretanto a mudança de ação educativa dentro de um eixo norteador vai ao encontro das convicções de (MARTINS, 2003, P. 23).

Portanto, diante desse quadro, pensar em planejar de maneira correta para melhor atender ao aluno com necessidade especial na sala regular do ensino fundamental.

Gráfico12.

A Educação Inclusiva vem conquistando um novo olhar em todos os seguimentos da sociedade, mas é na escola que essa luta ganha maior dimensão. A Escola Sheneider Cordeiro Correia, através da equipe gestora, pedagógica, docente e administrativa tem dispensado um novo olhar para acolher todos os alunos com necessidade especial?



Fonte: o autor

Para os pesquisados que responderam ao questionário, 100% acreditam que a inclusão depende de mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma, que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fossem receitas de bolo, mas com reflexões dos professores, direções, pais, alunos e comunidade.

Segundo (CARVALHO, 2005, p.49), como colocar no mesmo espaço demandas tão diferentes e específicas, se muitas vezes, nem a escola especial consegue dar conta desse atendimento de forma adequada, já que temos demandas diferentes? Essa realidade precisa ter medidas concretas, que permite as transformações e inserção no espaço físico para interação com os grupos de alunos considerados normais, que devem desenvolver atitudes de acolhimento para todos.

## **CAPÍTULO 5**

### **5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trilhando o final dessa caminhada, chega-se a conclusão que a pesquisa não se encerra por si mesma, já que é um tema que requer amplas ponderações e deixa espaço para novas reflexões vistas por outros olhares e outras compreensões. Nesse sentido, é necessário retornar ao problema de pesquisa que buscou conhecer a interface da inserção da educação inclusiva na Escola Municipal Professor Shneider Cordeiro Correia, onde o público que participaram da pesquisa são educadores (as) educadores e funcionários (as) que atuam no ensino fundamental de 9 anos da escola regular.

Os professores e funcionários da escola regular apontaram, no decorrer do grupo focal, possibilidades e limitações quanto à inclusão de alunos inseridos no ensino regular. Possibilidades reconhecidas como um longo caminho a ser trilhado; porém, elas reconhecem que os primeiros passos estão sendo dados e os problemas vão surgindo, por isso, é muito importante aperfeiçoar essa realidade para que a inclusão de fato aconteça.

Os entraves que dificultam a inclusão apontada na pesquisa estão relacionados à falta de envolvimento por parte de familiares que jogam a responsabilidade educacional como um todo para a escola e para os educadores; no entanto, trata-se de um trabalho que requer o envolvimento, de forma muito especial, dos familiares.

A interação da família faz parte de um contexto de ensino e é indispensável. Não podemos esperar que a escola e o educador resolvam uma problemática que requer o envolvimento familiar. É nesse contexto que família deve se tornar um agente ativo no processo de melhorar a aprendizagem de seus filhos.

Além disso, a responsabilidade dos educadores não se resume em saber trabalhar com o aluno, mas, inclusive, em promover o desenvolvimento familiar, de tal maneira, que a família se torne um agente facilitador na melhoria da qualidade de seus filhos. Em se tratando de escola especial e escola inclusiva, ambas são instituições com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos alunos. Por isso, se houver empenho comprometedor dos pais com a escola, haverá um melhor

resultado na vida dessas crianças, com possibilidades de uma inclusão em que há evolução de aprendizagem e de comportamento por parte dos educandos.

Além disso, a inclusão requer uma escola preparada tanto em nível de infraestrutura quanto de profissionais especializados nas particularidades das necessidades especiais de cada educando. A realidade vivenciada pelos educadores que presenciam limite nas possibilidades de desenvolver uma inclusão qualitativamente melhor acaba comprometendo a motivação e o entusiasmo de algumas.

A educação inclusiva, mesmo encontrando sérias oposições por parte de muitos educadores, constitui, com certeza, uma proposta que busca resgatar valores sociais basilares, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

As leis que tratam da inclusão passaram por várias fases e ainda perpassam por reformulações para atender todo o público dos desiguais. Apesar disso, não é suficiente que uma proposta se torne lei para que ela seja prontamente aplicada. São diversos os entraves que impedem que a política de inclusão se torne realidade na prática do dia-a-dia das escolas brasileiras. Entre elas, aponta-se como principal causa o despreparo dos educadores do ensino regular para receber, em suas salas de aula, alunos com problemas dos mais variados, em salas superlotadas, o que acaba agravando ainda mais o problema.

Em se tratando de melhor aprendizagem de crianças inclusas no ensino regular, não é algo que acontece de forma natural e com evoluções rápidas, até porque a idéia da inclusão é o conviver mútuo dos desiguais. A sugestão das educadoras para melhorar o processo de inclusão recaiu em três pontos fundamentais: investir na capacitação de educadores para atuarem nas mais diferenciadas deficiências; adaptar a infraestrutura das escolas regulares para receber a criança especial de forma que ofereça qualidade de vida abrangente; realizar um trabalho de conscientização dos familiares e sociedade no envolvimento da inclusão social.

Finalizando o estudo, chegamos à conclusão de que a inclusão está batendo nas portas, convidando toda a sociedade a participa, pois será necessário muito empenho para que ela se concretize de forma eficiente e eficaz. Já é tempo de

convivermos em uma sociedade de iguais. Essa convivência deve ser natural, e que as diferenças sejam respeitadas. Todos devem ser valorizados. Este projeto existe enraizado nas mais diversas leis que tratam da inclusão social. O “sonho existe”, basta tão-somente torná-lo realidade com o envolvimento de todos.

Na trajetória da construção deste trabalho, procurou-se registrar as reflexões que foram desenvolvidas a cerca das Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Sala de Aula da Escola Regular, com base na vivência do cotidiano dos profissionais da educação da Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia.

Torna-se evidente que a discussão a respeito do tema educação inclusiva tem inquietado o universo de pesquisadores que empenham na luta para compreender as questões relativas sobre as interfaces da educação inclusiva nos mais distantes espaços do universo, sendo que essa razão tem como princípio básico propiciar a educação para todos independente de cultura, ascensão social e econômica. Oportunizando assim o acesso e a permanência do aluno com necessidade especial na sala de aula da escola regular.

A escola no século XXI é questionada pela sociedade constituída de pais, mães, responsáveis por alunos com necessidade especial, com o objetivo de efetivar seus filhos na escola regular, o que tem gerido incômodo com os profissionais sem formação específica em cursos de licenciatura de pedagogia, normal superior ou especialização em nível de pós-graduação lato senso ou estricto senso.

Com base nas referências de teóricos, documentos internacionais que garantem os direitos aos alunos com necessidades especiais na sala de aula em escola regular, documentos nacionais e estaduais, desvendam os ranços e avanços da educação inclusiva no século XXI em frete a proposta de educação inclusiva, ampliando o seu atendimento em toda a rede publica da educação básica.

A proposta desta pesquisa está fundamentada na compreensão de uma escola inclusa, espaço social a serviço de todos e não espaço de uma parcela de alunos considerados regular, quando as diferenças são garantidas pelas leis que rege a educação básica, define nos artigos, incisos, parágrafos e alíneas, garantias efetivas que delinea a educação como “direito de todos e dever do estado e família”.

Foram considerados, na análise dos questionários, os saberes pedagógicos dos docentes, dos gestores e do pessoal de serviços gerais. Esses saberes constituídos da prática pedagógica, da gestão escolar que direciona um olhar para acolher o aluno com necessidade especial, assim o pessoal de serviços gerais, que em momentos oportunos contribuem para consolidar a prática efetiva do aluno com necessidade especial no seu desempenho de inclusão no momento do lanche, espaços dos banheiros e outras dependências da instituição que necessita de apoio de todos para que a inclusão aconteça.

Diante ao exposto, as convivências, as experiências vivenciada no dia a dia da sala de aula, permitirá uma nova concepção sobre o olhar da inclusão e como viver a realidade da inclusão no contexto da sala de aula da escola regular. Certo de que a responsabilidade destes profissionais atuantes, irá permitir que suas práticas sejam renovadas e irá intensificar com esses e outros alunos que porventura venham ser matriculados na escola regular, assim os mesmos irão compreender que as diversidades existem e as diferenças também, mas que ambas fazem parte da construção social destes sujeitos em construção.

Como pontos relevantes desse trabalho podem ser ressaltados:

Estudo sobre o currículo da educação inclusiva na sala de aula da escola regular;

A seleção aleatória dos participantes tanto no estudo piloto quanto na sondagem final que resultou numa amostragem mais fidedigna das concepções da comunidade escolar;

A realização de estudo piloto, programado para detectar as dificuldades encontradas pelos professores, gestão escolar, funcionários da administração escolar e aprimorar os estudos e escrever um livro como lidar com o aluno portador de necessidade especial na sala de aula da escola regular.

## REFERENCIAS

ALVES, Fátima. Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio/ Fátima Alves 5ªEd. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

AMADO, Jorge. Tieta do Agreste, Pastora de Cabras. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE. Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

\_\_\_\_BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988

\_\_\_\_BRASIL. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 6 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_BRASIL. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> Acesso em 6 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10jan.de 2014.

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 2001a, Seção 1E, p. 39-40

\_\_\_\_BRASIL. Lei Nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras Providencias. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 5 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_BRASIL. Lei Nº 13005, de 25 de Junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em:<[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_BRASIL. Lei nº 8.959, de 23 de março de 1994. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 5 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 14 nov. 2014.

\_\_\_\_. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br> > Acesso em: 2 de jul de 2015.

\_\_\_\_, **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro de 2000. Disponíveis em: <[HTTP// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)> Acesso em : 15 de ago. 2015.

BAYER H. O. **Inclusão e avaliação na escola:** de alunos com necessidade educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRUCE BUENO DE MESQUITA, James Morrow, Randolph Siverson and Alastair Smith, "An Institutional Explanation of the Democratic Peace," 93(4) American Political Science Review (1999): 791-807.

BURKE, Peter. A escrita da história. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de - C331. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005. 236 p. ISBN 85-2000565-9.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca-Espanha: UNESCO 1994.

FERREIRA, Susana. A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960. UNEBCampus- X -Teixeira de Freitas BA, 2010.

FERREIRA, W. B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação; doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo Summus, 2006.

FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.FREITAS, Soraia Napoleão et.al. Tendências Contemporâneas de Inclusão. 2008: UFSM. P. 42

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais: Brasília, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

JANUZZI, Gil Berta de Martinho. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

JORNAL ALERTA. (Teixeira de Freitas: (Gráfica Jornal Alerta), Ano XII Nº 779<sup>a</sup>, maio, 2007). Edição especial de aniversário de 22 anos de Teixeira de Freitas.

Adolescente. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro. 1990.

KOOPMANS, Pe. José. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. 2. Ed. Revisada e atualizada. Teixeira de Freitas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005.maio,2007). Edição especial de aniversário de 22 anos de Teixeira de Freitas.

LAPLANE, A. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.** Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 96 – Especial p. 689-715, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil - História e Políticas Públicas.** São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MICHELS, M. H. **Gestão, formação docente e inclusão:** eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. Rev. Bras.Educ. Rio de Janeiro, v.11 n.33, Dez. 2006, p. 406-423. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15jul. 2015

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos sociais.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

MONFORT, M. e JUAREZ, A. (1977): **Elniño que habla.** Madrid: Nuestra Cultura.

RALILLE, Benedito Pereira; SOUZA, Carlos Benedito de; SOUZA, Scheila Franca de. **Relatos históricos de Caravelas: (desde o século XVI).** Caravelas, BA: Fundação Professor Benedito Ralille, 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**> São Paulo: Brasiliense, 1995

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SANT'ANNA, Maria R. **Teoria de moda: sociedade, imagem e consumo**. Barueri: Estação das Letras, 2007.

SANTOS, M. S. (2001). O desafio de uma experiência. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.), **Caminhos pedagógicos da inclusão**. 2001, p. 113-134, São Paulo: 2001.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. da J. **Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores**. *Psic. Teor. e Pesq.* Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 5 jul. 2015.

SILVA, S. C. da ARANHA, M. S. **Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva**. *Rev. Bras. Ed. Esp.* Marília, set.-dez. 2005 v. 11, n. 3, p. 373 -394. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23jul2015.

SOUZA, C. da C. **Concepção do professor sobre o aluno com seqüela deparalísia cerebral e sua inclusão no ensino regular**. 2005.115 p. dissertação(Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.eduinclusivapesquerj.br>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TEIXEIRA DE FREITAS, na década de 1960. Monografia apresentada ao Colegiado de História, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas – Bahia,2010.

TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. **B.Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2005, v. 9, n. 1, p. 105-115. Disponível em:<<http://www.pepsic.bvs-psi.org.br> >. Acesso em: 07 jun.. 2015.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## 8.0 APENDICE



FACULDADE VALE DO CRICARÉ - FVC

### MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

#### ***TERMO DE CONSENTIMENTO PARA RESPONDER O QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA.***

Estamos realizando, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus Espírito Santo, uma pesquisa intitulada as Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia - Município de Teixeira de Freitas – Bahia, quero convidar V.S.<sup>a</sup> a participar da mesma.

A pesquisa tem por objetivo (i) compreender o caminho trilhado na Interface da Inserção da Educação Inclusiva no Ensino Regular, (ii) Descrever as modificações, transformações, adaptações que na opinião dos questionados tenha ocorrido entrave na sua atividade profissional decorrente ao processo da inserção da inclusão no ensino regular, (iii) Analisar de que forma essas transformações ocorrem e qual a sua importância na construção do processo da Inserção da Educação Inclusiva no Ensino Regular.

Sua participação é opcional. Em caso de não aceitar participar ou desistir não haverá perda de qualquer espécie. Caso aceite responder esse questionário, saliento que o questionário será utilizado pelo mestrando e os dados serão tabulados e transformados em texto.

A análise dos resultados obtidos no questionário será utilizada para a construção da dissertação de mestrado, podendo ser divulgado em revista, congresso e outros meios de comunicação verbal ou virtual. Os questionários, após análise dos dados, serão anexados no trabalho de conclusão de curso como anexos. Para autorizar responder o questionário preencha a ficha abaixo. Muito Obrigado pela colaboração.

## 8.1 APENDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA ACADEMICA



FACULDADE VALE DO CRICARÉ - FVC

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA.

Estamos realizando, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus Espírito Santo, uma pesquisa intitulada as Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correia - Município de Teixeira de Freitas – Bahia, termos a que venho pedir autorização de V.S.<sup>a</sup>, para que os professores respondam ao questionário.

A pesquisa tem por objetivo compreender o caminho trilhado na Interface da Inserção da Educação Inclusiva no Ensino Regular.

Descrever as modificações, transformações, adaptações que, que na opinião dos questionados tenha ocorrido entrave na sua atividade profissional decorrente ao processo da inserção da inclusão no ensino regular. Analisar de que forma essas transformações ocorrem e qual a sua importância na construção do processo da Inserção da Educação Inclusiva no Ensino Regular. Sua participação é opcional. Em caso de não aceitar participar ou desistir não haverá perda de qualquer espécie. Caso aceite responder esse questionário, saliento que:

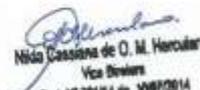
O questionário será realizado pelo mestrando e os dados serão tabulados e transformado em texto.

A análise dos resultados obtido no questionário será utilizada para construção da dissertação de mestrado, podendo ser divulgado em revista, congresso, e outros meios de comunicação verbal, escrito ou virtual.

Os questionários após análise dos dados serão anexados no trabalho de conclusão de curso como anexos.

Para autorizar responder o questionário preencha a ficha abaixo:

  
Elizabete Araújo Santos Saldanha  
Diretora  
Port. N.º 263 de 12/05/2014

  
Nilda Cassiana de O. M. Heróclano  
Vice Diretora  
Port. N.º 394/14 de 10/07/2014

Eu, Wilda Passiana de Oliveira Moura Borelano portador (a) de RG: M. 4 380045 SSP M 6 Diretora da Escola Municipal Sheneider Cordeiro Correa, autorizo o mestrando Benedito Borel da Conceição a realizar a pesquisa acima especificada. Declaro, ainda ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa. E por estar ciente de que a participação é voluntaria e receber esclarecimentos quanto aos objetivos e procedimento da pesquisa. Certo de poder contar com sua autorização, coloco-me a sua inteira disposição para qualquer esclarecimento pessoalmente ou através do E-mail: [benedito.borel@uol.com.br](mailto:benedito.borel@uol.com.br). Celular (73) 9969 8714, (73) 3293 6072.

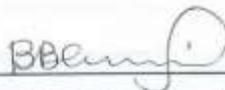
Orientador responsável pela dissertação Prof. Dr. Damián S. Sánchez – FVC Faculdade Vale do Cricaré São Mateus Espírito Santo.

Termos, que aguardo deferimento.

Deferido em: 16/12/14. Indeferido em:  / /.



Prof. Dr. Damián S. Sánchez  
(orientador)



Benedito Borel da Conceição  
(mestrado)

## 8.2 - APÊNDICES – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADEMICA – CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO



FACULDADE VALE DO CRICARÉ - FVC

### MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

#### **QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ACADÊMICA. ÁREA DE CONTRAÇÃO: Educação**

Assinale a resposta que melhor se adéque aos seus conhecimentos sobre as Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva na Escola regular.

1. Faixa Etária dos Participantes da Pesquisa

2. Sexos dos Participantes da Pesquisa

3. Formação dos Participantes da Pesquisa

4. Do seu ponto de vista, o aluno com necessidade especial deve ser incluído na escola regular?

**(A) Sim (B) Não.**

5. Os alunos com leves problemas de necessidades especiais e alunos com graves problemas de necessidades especiais devem ser acolhidos na escola regular com os mesmos direitos e deveres como rege a LDB 9394/96, At. 58?

**(A) Sim (B) Não.**

6. Para você, a Escola Sheneider Cordeiro Correia está preparada para receber alunos com necessidades especiais?

**(A) Sim (B) Não.**

7. Para incluir se faz necessário estar aberto para acolher aquele que acredita em novas descobertas, novo experimento. A escola está pronta para receber criança, adolescente, jovem ou adulto com necessidade educativa especial?

**(A) Sim (B) Não.**

8. A Instituição de Ensino deve oferecer atendimento aos alunos com necessidades especiais (acesso às salas de aula, banheiro, laboratório, cantina, biblioteca, secretaria, diretoria, auditório, quadra de esporte e outros espaços que se fizerem necessários)?

**(A) Sim(B) Não.**

9. O acesso de alunos com necessidades especiais na escola regular demonstra a sensibilidade de todos os cidadãos da sociedade civil, entidade não governamental e poder público. Todos os envolvidos buscam a construção de uma escola inclusiva?

**(A) Sim(B) Não.**

10. É viável que pais ou responsável pelo estudante com necessidade especial, poderão matricular o aluno, diante da oferta no quadro de professor com formação específica em educação inclusiva?

**(A) Sim(B) Não.**

11. Diante das Interfaces da Inserção da Educação Inclusiva no Ensino Regular, é preciso planejar atividades coletivas, atividades diversificadas para atender a todos sem ferir a integridade do aluno especial?

**(A) Sim(B) Não.**

12. A Educação Inclusiva vem conquistando um novo olhar em todos os seguimentos da sociedade, mas é na escola que essa luta ganha maior dimensão. A Escola Sheneider Cordeiro Correia, através das equipes gestora, pedagógica, docente e administrativa tem dispensado um novo olhar para acolher todos os alunos com necessidade especial?

**(A) Sim(B) Não.**